

Zoom

Revista da Disciplina Técnica de Reportagem II • EGO/UFRJ

#2

AGOSTO/2017

(Im)previdência com o futuro

Mesmo com o anúncio de mudanças na Previdência, os jovens ainda se preocupam pouco com a aposentadoria

A volta ao trabalho de quem, mesmo aposentado, não pode parar

O desequilíbrio histórico na renda de mulheres e homens

A onda do veganismo
no Rio de Janeiro

Preconceito e assédio
no mundo dos games

A nova geração
endinheirada do funk

A sintonia do hip hop
nas rodas culturais

ANÚNCIO

EDITORIAL

Essa é a segunda edição da revista *Zoom*, realizada pelos alunos da disciplina Técnica de Reportagem II, da Escola de Comunicação (ECO) da UFRJ. As duas turmas da matéria de Jornalismo, oferecida no 5º período do curso, são ministradas pelos professores Paulo César Castro e Fernando Ewerton. A revista resulta do trabalho desenvolvido no semestre letivo de 2017-1, durante o qual os discentes precisaram colocar em prática as diferentes etapas da produção jornalística – pauta, apuração, redação, revisão, edição e diagramação – para uma versão impressa e outra online.

A escolha de um tema cuja questão principal estivesse sustentada por um “gancho”, baseado no esforço de responder a problemas fundamentais de acordo com o recorte proposto para, assim, prestar um bom serviço ao leitor, foi o primeiro passo da atividade. Mas a eleição do assunto é seguida de um planejamento da cobertura, no qual é preciso apontar quem vai responder as questões a serem respondidas (fontes) e os tipos de conteúdos a serem produzidos para as duas versões da reportagem (fotos, vídeos, mapas, gráficos, playlists etc.).

O mais importante, pois é o diferencial da disciplina, é que todo o trabalho, em equipe, é feito para produzir reportagens, e não mais apenas matérias factuais. Com isso, uma série de requisitos novos é exigida dos alunos, começando pelo modo mais abrangente – espacialmente e temporalmente – como o tema deve ser abordado, resultando numa apuração que pede maior número de

entrevistados e pesquisas extras para ampliar a contextualização das questões.

Outro aspecto central a diferenciar a reportagem é o texto. Aos alunos é pedida a aplicação de um estilo no qual sejam observados diferentes elementos da literatura e, para isso, eles são provocados a tomar como base o *New Journalism*. Evidentemente que a exploração de recursos literários no texto tem que ser antecedida de um olhar mais atento durante a etapa da apuração. Não é possível mais dar atenção apenas ao que os entrevistados dizem; é preciso ir além, aguçando os sentidos para captar também as diferentes formas de dizer; é requerida uma maior atenção ao ambiente onde a coleta das informações acontece, para que, no texto, o leitor seja “transportado” ao local e ao momento em que os eventos aconteceram. Os jovens estudantes são provocados, assim, a exercitar um verdadeiro olhar etnográfico sobre os objetos de suas reportagens.

Esperamos, caro(a) leitor(a), que você encontre nas reportagens das páginas a seguir as marcas desse processo de aprendizagem. Nessa edição, os temas, de modo geral, estão enquadrados nas rubricas Economia (aposentadoria, previdência privada e o futuro dos jovens; a volta ao trabalho de quem, mesmo aposentado, não pode parar; e as condições desiguais de trabalho e renda entre mulheres e homens), Comportamento (o veganismo como estilo de vida; preconceito e assédio contra as mulheres no mundo dos jogos virtuais) e Cultura (a nova geração do funk; o hip hop no Rio através das rodas culturais). Boa leitura!

“ Os jovens estudantes são provocados a exercitar um verdadeiro olhar etnográfico sobre os objetos de suas reportagens ”

EXPEDIENTE

ZoOM

Revista da Disciplina TÉCNICA DE REPORTAGEM II
ECL383

#2

2017-1 / agosto

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diretor AMAURY FERNANDES
Vice-Diretora CRISTINA REGO MONTEIRO
Coordenadora de Jornalismo CRISTIANE COSTA
Professores responsáveis
Turma 1 FERNANDO EWERTON
Turma 2 PAULO CÉSAR CASTRO

Projeto Gráfico PAULO CÉSAR CASTRO
Capa FERNANDA ESTEVAM

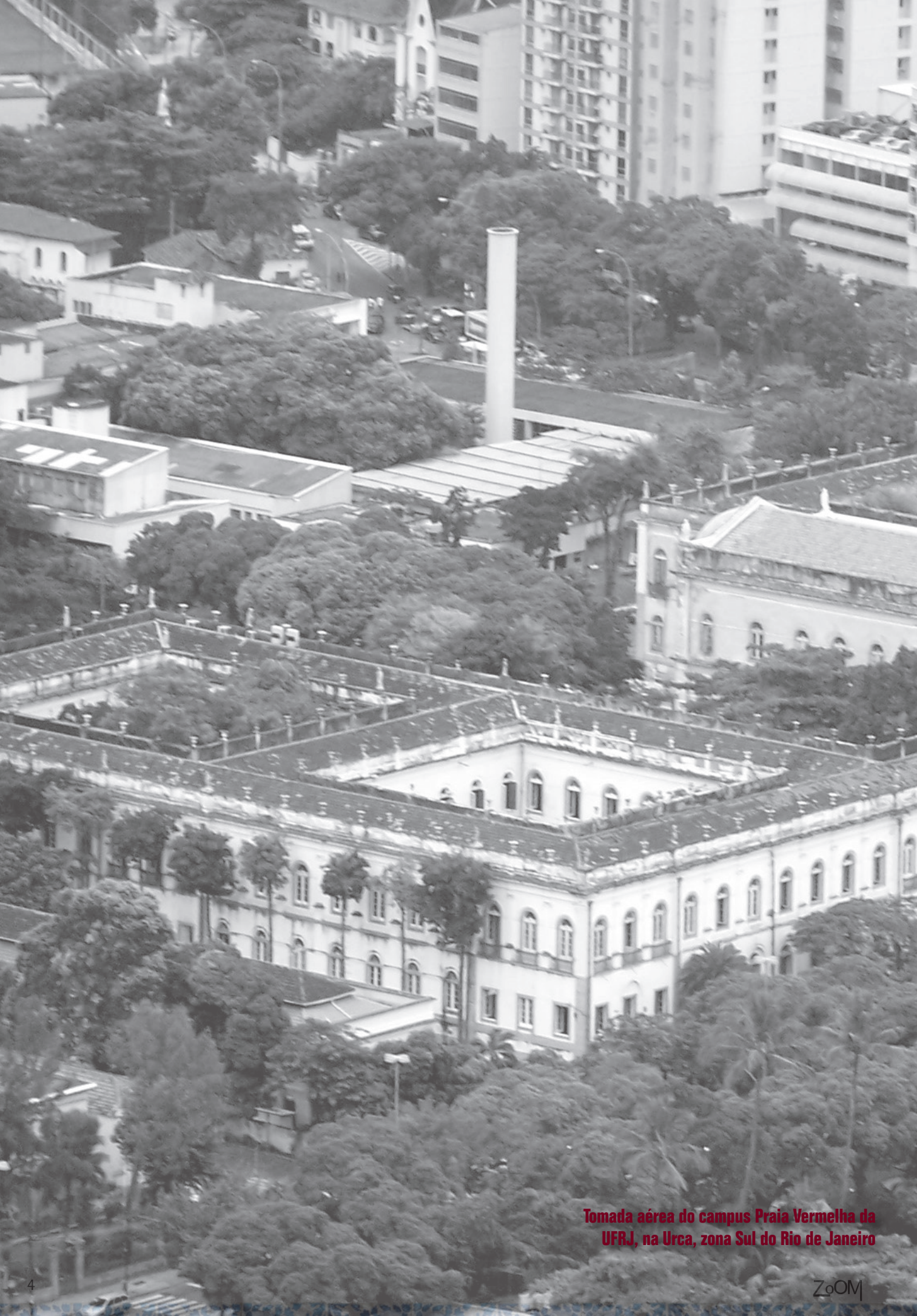
Participaram desta edição:

Cesar Cavalcante
Christiana Sobral
Daniella Vianna
Fábio Marinho
Fernanda Oliveira
Gabriel De Martin
Gabrielle Nunes
Julio Trindade
Lucas Bettoni
Luísa Abreu
Marcella Freire
Marcello Berg
Nuno Medeiros
Thamirys Andrade
Wellerson Soares

ECO

Avenida Pasteur, 250 • Fundos • Praia Vermelha • Urca / Rio de Janeiro • RJ
www.eco.ufrj.br

As reportagens encontram-se hospedadas no site da disciplina: www.parlamidia.com



Tomada aérea do campus Praia Vermelha da UFRJ, na Urca, zona Sul do Rio de Janeiro

ZOOM

#2 • 2017-1 :: Agosto

6

FUTURO E PREVIDÊNCIA PRIVADA

Ainda são poucos os jovens que, mesmo com a reforma em discussão no Congresso, já começam a investir na aposentadoria desde cedo



13

ECONOMIA DO BICO

Os baixos valores pagos pela Previdência obrigam mais de 40% dos aposentados com idade entre 60 e 70 anos a voltarem ao mercado de trabalho

15

JORNADA DO DESEQUILÍBRIO

Como as mulheres continuam ganhando menos do que os homens, elas se submetem a outras atividades para obter uma renda extra



18

VEGANISMO EM ALTA

Novos empreendimentos se expandem no Rio para atender às demandas de um público crescente interessado em um estilo de vida livre de consumo animal

24

ASSÉDIO E PRECONCEITO

No mundo do games ainda impera o machismo e as mulheres continuam sendo vítimas de abordagens nada respeitosas



28

PANCADÃO EM METAMORFOSE

Uma nova geração de funkeiros cariocas, mais endinheirada, mostra que o estilo musical mudou tanto quanto o seu público



34

BATALHAS DA CULTURA

No ano em que o hip hop completa 44 anos, as rodas culturais do Rio reúnem cada vez mais as diferentes classes pela cidade

Sem previsão de FUTURO

Os jovens de hoje terão o amanhã afetado com as mudanças da reforma da Previdência e muitos deles não estão ainda se adaptando à nova realidade

Cesar Cavalcante e Lucas Bettoni

EM MEIO À *discussão sobre as mudanças que estão por vir nas aposentadorias, planos de previdência privada começam a fazer parte do vocabulário dos jovens*

No início de 2016, o anúncio do Governo do Estado do Rio de Janeiro de que os salários do funcionalismo poderiam atrasar pegou a aposentada Rose Flores de surpresa. Aos 73 anos, 35 deles dedicados às salas de aula de escolas da rede estadual, a carioca nunca tinha passado por uma experiência como essa. O baque foi ainda maior quando, pela idade avançada e necessidade de auxílio, decidiu passar a viver em uma casa de repouso em Olaria, na zona Norte da cidade, onde tem companhia, cuidadores e enfermeiros. Só o pagamento que é uma incógnita. Por causa da restrição financeira, algumas decisões tiveram que ser tomadas. O apartamento da família de dois quartos, em Vila Isabel, também na zona Norte, que estava abandonado, virou uma república estudantil. Alguns gastos tiveram que ser reduzidos. Só o custo dos remédios, que passa de R\$ 1 mil mensalmente, não pôde ser cortado, por razões óbvias.

A aposentadoria de dona Rose, promessa de descanso e garantia para muita gente, se transformou em um mar de dúvidas. Cada mês é vivido e planejado com muito cuidado desde que o Estado do Rio entrou em uma crise econômica sem precedentes. Falta dinheiro em caixa para pagar apo-

sentados, pensionistas e funcionários da ativa. O Rioprevidência, fundo previdenciário que contou com a contribuição de Rose Flores ao longo de tantos anos, já não dá mais conta de garantir o sustento de 280 mil famílias como a dela.

Trabalhadora da iniciativa privada, a designer Érika Flores, filha de Rose, vê na situação da mãe uma experiência pela qual não quer passar. Há cerca de cinco anos passou a contribuir para um fundo de previdência privada. Observando o momento fi-

46%
das pessoas entre 23 e 34 anos não conhecem os caminhos para se aposentar

nanceiro da mãe, teve a certeza de que os pagamentos mensais de R\$ 100 ao plano não podem parar. “É a garantia do meu futuro”, diz a jovem de poucas palavras, mas de olhar compenetrado de quem sabe que o amanhã é incerto e, por isso, precisa ser minimamente planejado. Com 24 anos, Érika faz parte do grande grupo de jovens, de 20

a 29 anos, que corresponde a 18% da população brasileira, segundo o Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas em outro quesito, ela se diferencia: não faz parte da metade das pessoas de 23 a 34 anos que não sabe sobre os caminhos para a aposentadoria. Esses dados são a conclusão de uma pesquisa feita em todo o país pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), encomendada em agosto do ano passado ao Instituto Ipsos, poucos meses antes de o Governo Federal enviar uma proposta ao Congresso Nacional para restringir o acesso ao benefício (também motivado pela razão que faz o Poder Executivo fluminense atrasar o pagamento da mãe da Érika: as contas não batem). “O futuro da nossa aposentadoria é muito incerto. A gente precisa pensar nisso ainda hoje”, reafirma Érika, enquanto move um dos seus dois gatos de lugar, na sala de casa, no segundo apartamento da família, perto do estádio do Maracanã, no bairro de mesmo nome, na zona norte do Rio.

Em outro ponto da cidade, após mais de meio minuto com os olhos inquietos e semblante pensativo, Alexandre Caetano, estudante de publicidade em uma universidade pública na zona Sul do Rio, se dá conta de que nunca havia ouvido falar de previdência privada. Ele acrescenta que é



A designer Érika Flores vai na contramão dos jovens brasileiros: aos 24 anos, contratou um plano de previdência privada

possível que tenha lido alguma coisa a respeito em algum lugar, mas não está convicto. Essas duas palavras tão em voga nos últimos meses passaram despercebidas por ele até então. “Ainda não parei para pensar nisso.” Aos 19 anos, Alexandre é um rapaz de gestos contidos, fala pausada, um olhar compenetrado por trás dos óculos de armação grossa e parece orgulhoso da longa barba que volta e meia afaça com uma das mãos. Ele começou a trabalhar há apenas seis meses e não está satisfeito com a empresa, que se intitula um canal de comunicação. De segunda a sexta sai às seis da manhã da Tijuca, região norte da cidade, e após uma hora em um ônibus cheio chega ao prédio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), campus da Praia Vermelha, na zona Sul. O edifício construído no final do século XIX para sediar o primeiro hospital psiquiátrico do Brasil abriga há 50 anos a Escola de Comunicação, de onde saíram grandes nomes do jornalismo e da publicidade nacionais.

Com entusiasmo ele começa a contar que se imagina contribuindo para a sociedade de alguma forma quando tiver idade para se aposentar. “Eu não me vejo em casa quando me aposentar, quero ser útil de alguma forma.”

Perguntado se concorda com a reforma da previdência em pauta no Congresso, é enfático: “A reforma tem que acontecer, de um jeito ou de outro”. Como quem se dá conta de um ato falho, de súbito reforça que a reforma da previdência, da forma como está sendo proposta, prejudica grupos que sempre tiveram muito pouco acesso a empregos formais. “Eu sou contrário a essa reforma, essa que está aí, mas acho que uma reforma deve acontecer.” Em um edifício anexo ao prédio onde estuda Alexandre, o estudante de Economia e estagiário de uma empresa de consultoria empresarial no Centro do Rio Antônio Carnevale, de 23 anos, é um pouco mais pessimista ao vaticinar o futuro. “Eu sempre fui confortável com a ideia de que eu vou ter que trabalhar para sempre, pelo menos eu sempre gostei da ideia de me manter ocupado.” Carnevale parece falar medindo as palavras e inicialmente se apresenta como um jovem tímido, mas é bastante seguro ao prever que, com ou sem a reforma da previdência, não terá descanso tão cedo.

O governo federal, já influenciado por previsões de déficit na Previdência Social (despesas maiores do que receitas), passou a tomar medi-

das para conter os rombos no fundo. Hoje, o modelo de previdência no Brasil é o de repassador de recursos, a partir de contribuições feitas pelos próprios trabalhadores. E há basicamente dois modelos em vigência no país: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), operado pelo Instituto Nacional do Seguro Nacional (INSS) para os trabalhadores regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), instituído por entidades públicas como Institutos de Previdência ou Fundos Previdenciários, aos quais estão associados obrigatoriamente os servidores públicos da União, Estados, municípios e do Distrito Federal. Há ainda o Regime de Previdência Complementar, no qual estão incluídos os planos de previdência privada.

Nos dois primeiros regimes, nos quais estão também trabalhadores segurados por problemas de saúde, o volume de benefícios concedidos não tem sido suficiente, apontam os defensores da reforma. Pior do que isso, a idade avançada da população e uma menor quantidade de trabalhadores contribuindo para o INSS têm feito com que as contas não fechem há alguns anos. “O Brasil precisa fazer



A jornalista Camila Lua ainda tem 23 anos, mas, de olho no futuro, pensa em fazer um plano de previdência. Ela só não sabe como

Como aposentar-se hoje

Regime	Regime Geral da Previdência Social (RGPS)	Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) ¹
Beneficiários	Trabalhadores do setor privado, empregados domésticos, autônomos, trabalhadores rurais e servidores públicos de 3.500 municípios que contribuem para o INSS	Servidores públicos da União, dos Estados e dos municípios, com exceção dos que estão no INSS, e militares
Nº de contribuintes	54,7 milhões	6,2 milhões
Nº de beneficiários	28,3 milhões	4,2 milhões
Déficit	R\$ 151,9 bilhões ²	R\$ 132 bilhões
Total pago em benefícios	R\$ 515,9 bilhões (8,2% do PIB) ²	R\$ 254 bilhões (4,25% do PIB)
Média das pensões e aposentadorias	R\$ 1.283,93	R\$ 7.501,79
Aposentadoria	De R\$ 880 a R\$ 5.189,82 (mesmo que salário na ativa seja superior)	Salário integral da ativa
Tempo mínimo de contribuição	Homens (Por idade: 15 anos / Por tempo de contribuição: 35 anos) Mulheres (Por idade: 15 anos / Por tempo de contribuição: 30 anos) ³	Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos
Idade mínima para aposentadoria	Homens (Por idade: 65 / Por tempo de contribuição: não há) Mulheres (Por idade: 60 / Por tempo de contribuição: não há) ⁴	Homens: 60 anos / Mulheres: 55 anos
Contribuição quando aposentado	Não há	11% para servidores e 7,5% para militares + 1,5% por filha

1) Servidores públicos que começaram a trabalhar em 2013 passaram a contribuir para o regime geral e para um fundo de previdência complementar (Funpresp).

2) Dez/2016 - Fonte: Secretaria de Previdência / Ministério da Fazenda.

3) O tempo mínimo de contribuição é de 15 anos para os inscritos após 25 de julho de 1991. Se a contribuição começou antes desta data, são necessárias 144 contribuições. Algumas categorias, como a dos professores, têm um tempo de contribuição diferenciado (30 anos para os homens e 25 para as mulheres).

4) Trabalhadores rurais: homens (60 anos) / mulheres (55 anos).

algumas reformas para reequilibrar a economia. A primeira é a reforma da previdência, por causa das previsões de grande déficit. Um ajuste nela passa a ser essencial. O déficit é exponencial e, lá em 2024, se nada for feito, o governo estará gastando todo o orçamento com esses pagamentos”, explica o economista-chefe do Home Broker Modal Mais, Álvaro Bandeira, de um dos escritórios do Centro Empresarial Mourisco, em Botafogo, na zona Sul do Rio.

O texto enviado pelo presidente Michel Temer ao Congresso, que estabelece novas regras, já sofre resistência por si só e já passou por mudanças. Os desafios enfrentados pela equipe econômica passam pela rejeição pública à reforma e é influenciada, ainda, pela grave crise política, com escândalos de corrupção envolvendo o próprio presidente. A proposta inicial fixava, entre outras regras, a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres, com contribuição mínima de 25 anos. O Congresso, no entanto, já reduziu a idade mínima para mulheres para 62 anos. “O problema fica por conta da fragilidade, da baixa governabilidade do presidente Temer. Certamente, teremos uma reforma sendo feita este ano, mas demorando e sendo desidratada”, comenta Álvaro Bandeira. No ano passado, o sistema público que atende aos trabalhadores do setor privado – o RGPS – registrou um déficit recorde de R\$ 149,73 bilhões, equivalente a 2,4% do Produto

“Eu sou contrário a essa reforma, essa que está aí, mas acho que uma deve acontecer”

Alexandre Caetano, universitário, 19 anos

Interno Bruto (PIB). Para este ano, a expectativa é de um novo aumento no déficit previdenciário.

• Pensando no futuro

Imprevisibilidade é a palavra do hoje, para o amanhã. Mas a incógnita da própria profissão é o que faz a jornalista Camila Lua pensar em contribuir com um plano de previdência privada. Sentada na mesa de um bar, no Centro do Rio, e rodeada de amigos, ela não compartilha da opinião dos colegas de que o futuro só deve ser pensado quando se chegar lá. “Eu ainda sou nova, tenho só 23 anos, e não tenho carteira assinada. A profissão que eu escolhi é instável, então, se um dia eu for mandada embora, não sei se vou conseguir outro emprego formalizado. Na minha área, há muita gente que trabalha de forma autônoma. Um plano de previdência me daria mais segurança amanhã do que depender de um empregador”, conta. Mas a convicção de sobra da Camila ao pensar no futuro ainda não é a mesma quando se trata de colocá-la em prática. Por falta de conhecimento sobre o merca-

do de previdência particular, ela ainda não passou a contribuir. “Eu não sei quais as melhores opções para mim, os planos que se encaixam no meu perfil. Mas eu sei que é importante. Em um momento delicado, como esse que estamos passando, a melhor forma para se dar bem lá na frente é se prevenir hoje”, garante a jovem.

Camila faz parte dos 62% dos jovens entrevistados na pesquisa da Fenaprevid que já ouviram falar das mudanças nas regras da previdência. O levantamento da federação, feito a pedido do jornal *O Estado de S. Paulo*, revela que a juventude brasileira sabe que o futuro da aposentadoria vai mudar, mas não pretende pensar muito nele. No entanto, não é só a falta de informações que inibe a contratação de planos. O pesquisador Kaizô Iwakami Beltrão, professor de estatística da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (Ebape), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), observa que o fator financeiro, hoje, também influencia na falta de tomada de decisão. “Acontece que a manutenção dos planos depende de regularidade do pagamento. Sem falar que os que estão no mercado têm uma taxa de administração.” Esse custo analisado por Beltrão se refere ao que o cliente precisa pagar para que o fundo administre o dinheiro aplicado. Um estudo da consultoria NetQuant, especializada em previdência, aponta que a taxa anual costuma ser de 2,85%, informação desconhecida por

Camila Lua. “Se você conseguisse fazer um investimento por você mesmo, o retorno seria melhor. Só que as pessoas não costumam ter regularidade em investimentos assim, por diversos fatores, como a falta de dinheiro”, diz Beltrão, um dos autores do livro “Revolução na Previdência: Argentina, Chile, Peru, Brasil”.

Fazer investimento de longo prazo e planejar-se para o futuro não são hábitos enraizados no Brasil, e, para quem está entrando no mercado de trabalho, poupar é ainda mais complicado. Como a aposentadoria é uma situação distante quando se é jovem, mesmo quem se planeja pode acabar vendo seus planos mudarem por razões que fogem do controle. Assim como Alexandre, Bárbara Nóbrega é estudante da Escola de Comunicação da UFRJ. E como ele, já trabalha. O emprego na agência de notícias France Press é motivo de orgulho para ela. Sentada com as pernas cruzadas e sob o sol inclemente do meio-dia, Bárbara conta que vem de uma família que sempre valorizou a ideia de aproveitar a aposentadoria livre de preocupações. “Toda a minha família tem aposentadoria pública, contribuíram a vida inteira e hoje em dia recebem. Minha avó, por exemplo, trabalhou no próprio INSS. Minha família é muito a favor da ideia de confiar no Estado, de acreditar que ele vai te dar alguma coisa no fim da vida.” Há dois anos ela passou por uma situação pela qual muitas pessoas que pensam em guardar algum dinheiro para o momento da aposentadoria já viveram. Recebeu uma herança do avô e, por sugestão do gerente de sua conta, fez uma aplicação em um plano de previdência do próprio banco. Algum tempo depois, porém, envolta com uma despesa inesperada, resgatou todo o dinheiro e nunca mais voltou a aplicar. No entanto, não parece querer seguir o exemplo que aprendeu em casa e mantém a ideia de fazer o próprio pé de meia pensando no futuro. “Eu gostaria de receber alguma coisa após a minha aposentadoria, mas se eu tivesse condições de receber algum tipo de previdência privada, eu preferiria me apoiar nisso. Eu pretendo fazer, eu não quero me apoiar apenas no Estado. Embora talvez eu tenha que depender do INSS, mas não é o meu objetivo.”

Embora muitos jovens saibam como fazer uma aplicação em um fundo de previdência privada e manifestem essa vontade para não depender somente da previdência oficial, na prática muitos alegam falta de dinheiro ou planejamento financeiro para pensar mais seriamente sobre o assunto. Thiago Vasconcelos abriu a primeira empresa aos 19 anos e hoje, aos 24, com três empresas abertas no currículo, foi contratado no final do ano passado para ser *trainee* de uma grande companhia do setor têxtil em São Paulo. Depois que a terceira empresa que ele abriu junto com um amigo em Americana, interior do estado, estava prestes a falir, ele começou a pensar em alternativas. Formado em Economia pela Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, já havia acumulado uma boa experiência como empreendedor, mas o mercado de trabalho já não era o mesmo de quando se formou, dois anos antes. No início de setembro passado ele recebeu uma ligação de uma empresa de recrutamento que o surpreendeu. A recrutadora havia recebido uma indicação que Thiago tinha o perfil adequado para um programa de *trainee*. Ele aceitou o convite e hoje já está prestes a ser promovido. “Foi uma alegria grande, porque se fala muito de empreendedorismo, mas são poucas as empresas que realmente dão valor a uma experiência genuinamente empreendedora.”

Apesar de ter conseguido o emprego dos sonhos para muitos jovens em início de carreira, por conta de algumas dívidas ele ainda não começou a se planejar para o futuro. “Não

tenho uma plano de previdência privada, mas pretendo ter em breve um mais simples. Acho importante ter, não faço poupança pela minha situação de dívidas, mas assim que tiver regularizado a situação, pretendo começar a poupar também por conta própria. Acredito que tenho acesso e conhecimento de outras formas de investir mais atrativas que previdência privada, mas um mínimo de seguridade acredito ser importante.” E assim como todos os jovens entrevistados, ele acha importante que exista uma reforma na previdência, só não concorda com a que está sendo proposta. “Vejo como necessário, mas da forma como está proposta é bastante extremo, Parte significativa da população que mais precisa dessa seguridade é impactada de forma relativamente drástica.”

• O comportamento do mercado

Mas quais são, então, as dicas para alguém que pensa em contratar um plano de previdência particular? Por telefone, em seu escritório, falando pausadamente e dando um silêncio de cinco segundos antes de cada resposta, Beltrão observa que o contratante precisa, primeiro, estar atento a quanto ele quer de retorno lá na frente. “É preciso saber o valor presente do que você vai investir e o quanto você vai receber no futuro, como esse dinheiro vai se transformar. Quando você transforma um aporte atual em uma renda vitalícia, juros também são cobrados. Esses detalhes precisam ser feitos, as contas precisam ser calculadas com cuidado”, diz. Outras



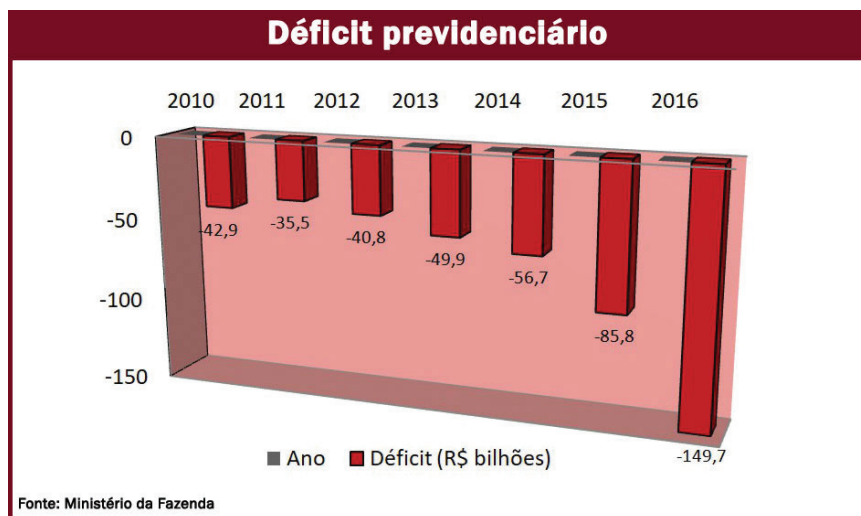
O economista Álvaro Bandeira trata a reforma previdenciária como fundamental para a melhora nas contas do governo

Foto: O Globo

respostas para dúvidas de jovens que querem sair da curva da imprevisibilidade estão em um campo que eles conhecem bem e passam boa parte do tempo: a internet. Uma busca rápida no Google com os termos “plano de previdência privada” revela, inicialmente, resultados de fundos em busca de clientes. É um mecanismo do marketing se aplicando ao momento atual, de alta velocidade de informações, e que é alimentado pelas discussões sobre o arrocho da aposentadoria. Com pouco tempo de interesse, pode-se fazer simulações de planos. Ainda nos resultados do buscador Google, um anúncio da Caixa Econômica Federal responde a uma das perguntas mais frequentes, o “quanto vou gastar?”. O pequeno texto diz: “Planos a partir de R\$ 35 ao mês, sem entrada. Escolha o seu”. Um terço do que Érika, a entrevistada que abre essa reportagem, investe mensalmente.

Mesmo que as movimentações mais diretas do Governo Federal em torno das mudanças nas regras da previdência ainda não tenham completado um ano, o mercado sabe que isso tem influenciado na decisão dos brasileiros para buscarem os planos privados. A tendência de crescimento é natural. “As pessoas estão passando a pensar nisso como um ‘colchão’ para se preservarem”, diz o pesquisador Beltrão. Já o governo tenta se desassociar dessa ideia. Na saída de uma palestra de mais de uma hora para um auditório de economistas e estudantes da FGV, o secretário de Previdência Social comentou o assunto, durante pouco menos de quatro minutos, a jornalistas. “A reforma em si não traz mudanças para os regimes de previdência, não cria incentivos tributários à previdência privada, então não é ela que leva ao aumento da procura por esses planos”, avaliou, apressado e economizando nas palavras, Marcelo Abi-Ramia Caetano.

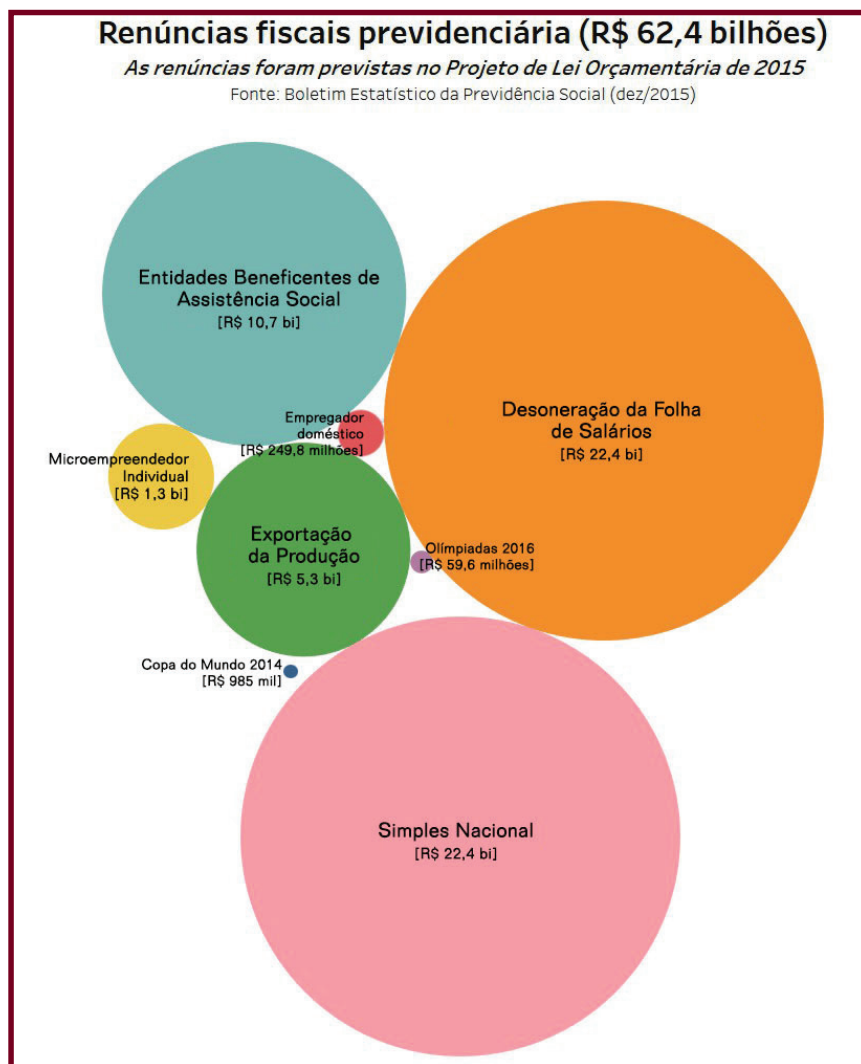
A última coisa que o governo do presidente Michel Temer parece querer é colocar ainda mais lenha na fogueira das discussões da reforma, como a hipótese de fundos serem beneficiados pelas mudanças, apesar de dados do setor mostrarem que a procura pelos planos cresceu nos últimos meses. No consolidado do ano passado, os aportes aos planos privados aumentaram 19,9%, também segundo a Fenaprevi, mesmo com a economia em



péssimas condições. As reações às dificuldades financeiras são mais efetivas na população economicamente ativa. A frase popular de que “o brasileiro não se planeja”, aos poucos, demonstra estar sendo suprimida pelos problemas do agora. Entre os jovens, no entanto, essa tendência é menor. Mais afetados pelo desemprego, segundo um estudo

do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – a taxa, entre eles subiu de 20% em 2015 para 27,2%, no ano passado –, faltam recursos para aplicação em fundos que tornem o futuro mais previsível. A geração mais afetada pela reforma da Previdência é também a que pouco se mexe.

Versão online: www.parlamiada.com/previdencia



O que saber sobre planos de previdência privada

Lucas Bettoni

Qualquer pessoa com mais de 18 anos pode contratar um plano de previdência privada, existem muitas opções disponíveis no mercado. Quase todos os grandes bancos – ou uma corretora independente – oferecem o serviço e há planos a partir de R\$ 30,00 por mês. Algumas instituições bancárias exigem que todo o processo de escolha e contratação sejam feitos pessoalmente, outros oferecem a possibilidade de contratação online, sendo necessário fazer-se presente somente para a assinatura do contrato. Conversar com o gerente ou um especialista em investimentos é uma alternativa para quem não conhece bem o funcionamento desse tipo de serviço, ou que tem dúvidas sobre qual plano escolher.

Quem está interessado em um plano deve analisar os diferentes planos disponíveis em cada banco ou corretora antes de optar por um deles e escolher de acordo com o seu perfil de investimento e os riscos que está disposto a correr para obter um maior retorno. Para saber o quanto aplicar mensalmente a aplicador deve estabelecer em que idade gostaria de passar a receber o benefício, ou qual o valor que gostaria de receber no futuro. Sempre é possível alterar o valor aplicado e recalculá-lo esse montante que será recebido lá na frente. A renda ganha na data estipulada para o resgate pode ser vitalícia, por um determinado período, ou ainda ser

um pagamento único ao final, com todo o valor acumulado.

Por mais que uma pessoa contrate um plano de previdência pensando na aposentadoria, é possível fazer um resgate parcial ou total do valor aplicado antes disso; basta solicitar o resgate antecipado. Mas como a ideia é poupar a longo prazo, só faz sentido aderir a um plano se a intenção é não usar o dinheiro investido no curto prazo. Um plano de previdência é basicamente um fundo de investimentos e, ao fazer uma aplicação, o aplicador se torna um cotista deste fundo. A diferença é que a tributação dos lucros é diferenciada e o responsável pelo fundo adota estratégias específicas de investimento, em geral focadas no retorno a longo prazo. Cada plano adota um perfil mais ou menos agressivo de investimento: alguns investem apenas em títulos do Tesouro Nacional, outros diversificam investindo em ações ou fundos multimercado. Para quem é avesso a riscos, é melhor um plano com uma carteira de investimentos mais conservadora.

Outra escolha importante na hora da contratação é definir se o plano será VGBL (Vida Gerador de Benefícios Livres) ou PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres). A diferença básica entre eles é o momento em que o contratante escolhe para que o rendimento do plano seja tributado pelo Imposto de Renda: se no momento do resgate ou no recebimento da renda.

VGBL	PGBL
Seguro de pessoa	Plano de previdência complementar
O IR incide somente no momento do resgate ou do recebimento da renda	
Recomendado para quem declara o IR no formulário simplificado e também para quem é isento, não contribui para o RGPS ou RPPS	Recomendado para quem faz a declaração completa do IR, pois o investidor pode deduzir o que investiu durante o ano até o limite de 12% da renda bruta; para quem contribui para o RGPS ou RPPS ou é aposentado
Quando o dinheiro for resgatado, o imposto será pago apenas sobre os rendimentos	O imposto incidirá sobre o valor total a ser resgatado e sobre a renda recebida

Aposentar e não parar

O trabalho como obrigação e fonte de prazer

Luísa Abreu*

MAIS DE 40% dos brasileiros aposentados com idade entre 60 e 70 anos ainda trabalham, e a maioria volta ao mercado para complementar a renda

Ele não confia em despertadores, muito menos em celulares. Afinal, para estar de pé todos os dias às 5h não há tecnologia que aguarde o ritmo da máquina chamada Carlos Eduardo Pereira. Quem lê pode até pensar que ele é um “garotão”, cheio de gás e vida pela frente. Não que ele não tenha disposição, muito menos tempo para viver, mas o “garotão” de que estamos falando tem 70 anos de muito trabalho e dedicação.

Segundo uma pesquisa divulgada em 2016 pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), Carlos faz parte dos 42,3% de aposentados do Brasil entre 60 e 70 anos que ainda trabalham. A principal justificativa desses idosos é a necessidade de complementar a renda. Para 46,9% deles, só a aposentadoria não é suficiente para pagar as contas e despesas pessoais. Já 23,2% dizem que continuam no mercado para manter a mente ocupada, e 18,7%, para se sentirem mais produtivos. Outros 9,1% afirmam precisar trabalhar para ajudar os familiares.

É o caso de Carlos Eduardo, que se aposentou aos 65 anos, mas continua ativo no mercado de trabalho, principalmente por necessidade. Na opinião dele, para uma pessoa manter o mesmo nível de vida que levava antes de se aposentar, ela tem que continuar trabalhando, porque o dinheiro que recebe do governo normalmente não paga os gastos que vai ter. “O maior motivo de eu não ter parado de trabalhar é pelo dinheiro e, depois, pela satisfação pessoal”, explica o aposentado.

Pesquisas do IBGE revelam que mais da metade dos idosos ocupados trabalha por conta própria; Carlos é um deles. Depois de 44 anos trabalhando de carteira assinada em indústrias e no comércio, ele, que já estava acostumado com vendas, comprou uma franquia de doces caseiros para serem distribuídos em restaurantes e bares. A garagem virou depósito e o carro de passeio virou carro de entrega. Ainda não satisfeito, ele criou uma nova marca, que recebeu o nome em homenagem a sua esposa – Doces da Vovó Célia –, para os

doces fabricados por eles mesmos. Com a renda e o espírito empreendedor crescendo, ele teve a ideia de expandir o terreno da casa, que já era grande, e fazer um pequeno apartamento e uma quitinete para serem alugados. Conclusão: a renda familiar, que era de um salário mínimo da aposentadoria, passou a ser oito vezes maior.

Apesar de todo o esforço ter valido a pena, Carlos não concorda com a política atual de aposentadoria. “Acho muito injusto. Hoje eu trabalho mais do que quando não era



Carlos Eduardo Pereira trabalha para manter o nível de vida e por satisfação

* Reportagem produzida na disciplina Técnica de Reportagem II, ministrada pelo prof. Fernando Ewerton



Do ócio ao trabalho rentável: grupo de mulheres do projeto Canoas de Pano

aposentado. O governo deveria bancar isso. Se trabalhamos a vida inteira, deveríamos chegar à terceira idade e descansar, mas somos ‘obrigados’ a continuar trabalhando”. Ele ainda completa: “Esse trabalho deveria ser muito mais por lazer e não por necessidade. Deveríamos usar o dinheiro da aposentadoria para viver o que ainda não vivemos, não para sobreviver”.

• O prazer de se sentir útil

Mesmo frente a esse cenário negativo, a pesquisa do SPC e do CNDL mostra que 70,7% dos aposentados que ainda trabalham têm sentimentos positivos sobre a situação. Entre essas pessoas, 38,8% dizem ter satisfação pessoal por trabalhar, enquanto 19,7% afirmam sentir orgulho. Afinal, por meio do trabalho o ser humano estabelece planos, metas e aspirações, constrói seus laços afetivos, exerce sua criatividade e, principalmente, sente-se útil.

Em Vila Canoas, uma comunidade em São Conrado, zona Sul do Rio de Janeiro, com cerca de 3 mil moradores, há seis senhoras que passaram a desfrutar todos esses prazeres do trabalho. Há dois anos, a Enactus UFRJ – uma organização mundial sem fins lucrativos que conta com a participação de mais de 1.700 universidades envolvidas em projetos, impactando a vida de mais de 1 milhão de pessoas – criou um projeto chamado Canoas de Pano, que tirou senhoras ociosas de casa para um curso de corte e costura.

Inicialmente, todos os produtos feitos por elas eram apenas motivo de orgulho e de satisfação pessoal, depois perceberam que poderiam tornar aquele trabalho rentável. E não deu outra! Hoje, todas elas lucram com o pro-

jeto vendendo bolsas de pano reciclado em feiras e na própria comunidade. O sonho delas é transformar a salinha do curso em uma grande confecção. “Nosso trabalho cria, inova, junta as pessoas e se torna um local para a gente falar das nossas ideias e sonhos”, conta a aposentada Lúcia Oliveira, 51 anos, que, embora seja formada em Psicologia, trabalhou até se aposentar como técnica de enfermagem.

• “Mente vazia, oficina do diabo”

Um estudo publicado pelo centro de estudos Institute of Economics Affairs (IEA), com sede em Londres, mostrou que a aposentadoria leva a um “drástico declínio da saúde” a médio e longo prazos. Segundo o IEA, a aposentadoria pode elevar em 40% as chances de desenvolver depressão, enquanto aumenta em 60% a possibilidade do aparecimento de algum problema físico entre homens e mulheres.


A psicóloga Cirlene Christo, doutora em Psicologia Social e professora de Psicologia do Trabalho da UFRJ, explica essa pesquisa segundo aspectos culturais e sociopolíticos. Para ela, a sociedade capitalista, baseada na obtenção de dinheiro, faz com que fiquemos muito vinculados ao trabalho e acaba que não aprendemos outras formas de sociabilidade. “Em uma sociedade em que você é, vive e respira trabalho, se algum dia você deixar de trabalhar, então o que você vai ser? Daí surge uma crise de identidade e uma dificuldade de se recolocar no meio social, uma vez que os amigos eram os amigos do trabalho, logo, passa a não ter amigos; a vida e o tempo gastos eram com o trabalho, ‘agora o que eu faço com todo esse tempo

livre?’. Enfim, essa vida dedicada ao trabalho, quando interrompida, implica um processo de adoecimento.”

• Mais idosos, mais gastos

Não há dúvidas de que a população brasileira está envelhecendo. Pelo que o IBGE mostra, em 40 anos a população idosa vai triplicar no país e passará de 19,6 milhões (10% da população brasileira), em 2010, para 66,5 milhões de pessoas, em 2050 (29,3%). Paralelamente a isso, para acompanhar essa mudança na nossa pirâmide etária, aumentaram também os gastos na Previdência: de 0,3% do PIB, em 1997, para projetados 2,7%, em 2017. Em 2016, o déficit do INSS chega aos R\$ 149,2 bilhões (2,3% do PIB) e, em 2017, está estimado em R\$ 181,2 bilhões. A solução que o governo propõe para esse problema é a Reforma da Previdência, que inclui a definição da idade mínima de se aposentar – 65 anos para homens e 62 anos para mulheres – e acaba com a possibilidade de aposentadoria exclusivamente por tempo de serviço no INSS. Além disso, eleva o tempo mínimo de contribuição de 15 anos para 25 anos.

Para João Saboia, professor do Instituto de Economia da UFRJ e pesquisador de economia do trabalho, uma mudança neste momento em que vivemos é necessária, mas faz uma ressalva: “É inegável que estamos vivendo mais, porém, a nossa qualidade de vida ainda não chega nem perto das nações desenvolvidas como a Suécia, que tem um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e taxas de impostos mais altas do mundo. O que diferencia o Brasil desses países é o uso dos impostos. No Brasil não há um retorno — saúde pública, educação, segurança, infraestrutura etc. — para a sociedade, logo, os resultados dos altos impostos são insatisfatórios para a terceira idade”.

A psicóloga Cirlene Christo concorda com o economista e complementa: “Hoje está começando a se desenvolver uma indústria para atender à crescente demanda dos idosos, mas até agora tudo foi pensado em uma perspectiva comercial e mercadológica. Falta olhar para os idosos não só como um mercado em potencial nem como um estorvo para o nosso sistema previdenciário, mas como uma camada da sociedade que precisa de políticas públicas e mais atenção.” 

Mulher e trabalho

Com rendimentos, em geral, menores do que os dos homens, o gênero feminino se submete a jornadas duplas

Daniella Vianna*

EM MÉDIA, O salário delas é quase 25% menor do que o deles, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de 2016

Ostureira, vendedora, cabeleireira e contadora. A lista de profissões com registros e sindicatos é grande. Hoje, no Brasil, são 2.422 registradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e, destas, 68 exigem algum tipo de especialização. Mas, para Jussara, Flavia e Vera Lucia, essa renda não é suficiente. Elas têm um emprego formal, porém esse salário não consegue mantê-las e precisam complementá-lo com outras atividades. As estatísticas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) apontam: mais de 10 milhões de brasileiros trabalham na informalidade.

O problema da desvalorização do serviço feminino, associado à crise econômica no país, resulta em muitas mulheres com jornadas duplas ou até triplas de trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 2012, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicada no Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), o rendimento-hora de trabalho principal tem uma diferença de R\$ 2,2. Enquanto os homens ganham R\$ 12,2 a cada hora, em média, as mulheres recebem R\$ 10,2. Quando se leva em conta os anos de estudos, a partir de 12 anos ou mais a diferença aumenta. Nessas condições, mulheres ganham R\$ 19,6, enquanto os homens R\$ 29,6.

É difícil mensurar quantas pessoas

têm um emprego formal e complementam a renda com outra atividade. Principalmente, as mulheres que, em geral, ganham menos que os homens. Para Jussara Barreto, 61 anos, vendedora da Casa Machado, uma loja de aviamentos em Duque de Caxias, a atividade extra é necessária, mas não prejudica o trabalho formal. Ela vende produtos cosméticos e lingerie nas horas vagas. Nessa ocupação extra, usa os catálogos da Avon, Natura, Abelha Rainha e DeMillus. “Eu con-

“Os meus clientes antigamente estavam empregados. Agora, metade deles ficou desempregada e não pode comprar os lanches comigo”

Flavia Oliveira, 20 anos

sigo conciliar bem, porque a Avon, por exemplo, me traz o material e entrega na casa do meu filho”, diz a vendedora, que está em uma faixa menor de população ocupada, a de pessoas com 60 anos ou mais. Segundo dados da PNAD Contínua, referente ao último trimestre de 2016, são 8% na região Sudeste.

A mesma pesquisa confirma uma

questão recorrente na história do Brasil. Apesar de representarem 52,2% das pessoas em idade para trabalhar, apenas 43,0% das mulheres ocupam as vagas disponíveis. A desigualdade de gênero também é presente nos rendimentos. Os índices da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), 2016, apontam que as mulheres recebem, em média, 75,4% do salário dos homens.

Segundo a Pnad de 2012, são gastas por semana 37,1 horas no trabalho principal e outras 20 horas com afazeres domésticos. Os homens realizam, em média, 10 horas no serviço doméstico no mesmo período. A referência é de pessoas com 16 anos ou mais ocupadas na semana da pesquisa. Sobre a rotina com um trabalho complementar, Jussara diz: “Chego em casa, às vezes estou cansada, tenho que entrar no site, colocar os pedidos, separar os produtos. Porque aqui a gente tem uma jornada grande, de 10h da manhã até 19h em pé”.

O dia a dia de Flavia Oliveira, 20 anos, também inclui várias atividades. A jovem trabalha como auxiliar de professora, de 7h30 às 17h30, no Centro Educacional Souza Bello, em Duque de Caxias. À noite, estuda Direito na Universidade Estácio de Sá, em Vilar dos Teles, São João de Meriti. Seu turno na faculdade é de 18h30 às 22h20. Na sexta-feira e fins de semana ajuda a mãe em um carrinho de lanches em Belford Roxo. As três cidades fazem parte da Baixada Fluminense

O trabalho começa por volta das

* Reportagem produzida na disciplina Técnica de Reportagem II, ministrada pelo prof. Fernando Ewerton

19h e vai até as 23h ou meia-noite. Nesse dia, sua grade na universidade está livre. “É bem desgastante, cansativo mesmo. Eu não descanso, nada”, comenta sobre os dias em que se divide entre a venda de lanches e o trabalho na escola. Essa atividade é complementar para a mãe de Flavia também. Durante a semana, Luzinete Oliveira, 53 anos, trabalha como vendedora de planos funerários na empresa RioPax. Sua carga horária é de 9h às 17h de segunda a sexta. Em alguns fins de semana, trabalha como cabeleireira e maquiadora em festas de 15 anos e casamentos.

No relatório “Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres”, divulgado pela ONU Mulheres em 2016, foi observado que 37,3% das famílias no Brasil eram chefiadas por mulheres. Elas são a principal renda familiar, ou seja, as responsáveis pela casa. É o caso de Luzinete, divorciada e mãe de Lucas, 13 anos.

Vera Lucia Venâncio, 48 anos, também é chefe da família. Quando jovem, a técnica em contabilidade na transportadora Alegrense largou a faculdade de Administração. Na época,

estava grávida de Kênia, hoje com 25 anos. Na transportadora, trabalha no departamento pessoal, mas, aos fins de semana, com a ajuda de Jessica, sua cunhada, faz a decoração de pequenas festas no Parque Fluminense. O negócio começou como um hobby e virou fonte de renda. “Eu sempre fazia bolos para a família. Aí de repente, apareceu uma pessoa na internet, vendendo algumas coisas. Eu me interessei. Vou investir, vou trabalhar com a família”, diz Vera sobre o início do negócio.

Devido à crise econômica, mesmo com um emprego formal, a vendedora de produtos de beleza sofre consequências no trabalho complementar. “As vendas ficam oscilando muito. Tem períodos que sobe um pouquinho, mas bem pouco. Do período em que eu comecei a vender, há 20 anos, a venda caiu muito”, afirma Jussara.

Assim como a venda de cosméticos e lingerie, os lanches tiveram fortes perdas com a crise econômica. “Os meus clientes antigamente estavam empregados. Agora, metade deles ficou desempregada e não pode comprar os lanches comigo. Redu-

ziu muito. O movimento não é mais o mesmo”, afirma Flavia. O número de desempregados no Brasil chegou a 14,2 milhões no mês de março. A taxa de 13,7%, divulgada pelo IBGE no dia 28, é a maior da série histórica iniciada em 2012.

O círculo de amigos em atividades informais pode ser forte, para criar uma rede de pessoas que trabalha na mesma área. “Há uma troca de clientes que indicam pessoas distantes para comprar com a gente. Da mesma forma existem outros estabelecimentos que nós indicamos”, disse Flavia, que vende lanches. Já para Vera Lucia, isso não é comum. Segundo a técnica em contabilidade, o mercado de festas é muito competitivo e dificilmente ocorre alguma indicação. “Tem uma certa concorrência. Está meio difícil. As pessoas hoje estão pensando só em si. Não tem muito isso no ramo. É difícil.”

Em artigo publicado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), agência das Nações Unidas, José Manuel Salazar-Xirinachs, diretor regional da OIT para América Latina e Caribe, estima que aproxi-



Flavia Oliveira em frente ao carrinho de lanches

37,3%

das famílias no Brasil
eram chefiadas por
mulheres, em 2016

43%

dos empreendedores
no Brasil são do gênero
feminino

70%

aproximadamente das
mulheres latino-americanas
trabalham nos setores de
comércio e serviços

madamente 70% das mulheres latino-americanas trabalham no setor de comércio e serviços. Só o comércio, em 2015, correspondeu por 26,5% da composição de ocupação urbana no setor de atividade econômica. Em relação à população ocupada por ramo de atividade econômica, o comércio corresponde a 28,3% do trabalho feminino em 2015. Os dados são do Panorama Laboral da América Latina e Caribe em 2016.

• Empreendedorismo

O mesmo relatório da ONU de 2016, sobre autonomia econômica para as mulheres, divulgou que 43% dos empreendedores no Brasil são do gênero feminino. Porém, apenas 20% delas têm rendimentos mensais acima de R\$ 30 mil. Esse desejo de empreender é frequente nas brasileiras. “A minha vontade mesmo era ter um negócio próprio. Até mesmo para vender esses produtos”, diz Jussara, sobre os cosméticos e lingoeries.

As dificuldades em abrir o próprio negócio impedem um investimento maior no emprego informal, já que a CLT proporciona segurança e estabilidade. “O trabalho regular sempre é mais seguro. Tem carteira assinada, você sabe o que vai receber”, afirma Jussara. Os trabalhadores formais têm direito atualmente a férias, 13º salário, FGTS, entre outros benefícios

A relação de inconstância da informalidade é apontada pelas três mulheres como um obstáculo para viver apenas com o “bico”. “Na escola eu tenho um salário fixo para receber todo mês, posso pagar minhas contas. E trabalhando com lanches é incerto. Porque tem dias que você ganha um dinheiro legal, mas tem outros que não”, diz Flavia, que, assim como Jussara, teme a oscilação da informalidade.

Além de decorar festas, Vera bus-

ca outras fontes de renda. “Aluguei a casa como complemento. Comprei uma máquina de algodão doce. Faço pirulito de chocolate, maçã, alugo as toalhas, faço kits, adesivos para as pessoas fazerem as lembrancinhas”, comenta a técnica em contabilidade sobre como faz para aumentar seu salário mensal.

Ao contrário de Jussara, a renda dos lanches vendidos por Flavia é maior do que o seu salário de auxiliar de professora, atualmente de R\$ 900. Na pesquisa publicada em março pelo Centro de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), foi observado que, embora tenham rendimentos menores, a renda das mulheres decresceu menos em 2016. Elas perderam 2,8%, contra 5,1% dos homens.

Tanto Flavia quanto Jussara já conseguiram comprar bens semiduráveis com os “bicos”. “Já compramos muita coisa, a reforma da casa, pagamentos da faculdade, eletrodomésticos”, diz a estudante de Direito. Já Vera Lucia, no último ano, conseguiu comprar um terreno ao lado de sua casa com o dinheiro das festas.


Diferentemente de Jussara, Flavia não pretende viver dos lanches. A jovem de 20 anos afirma que, caso ganhasse mais no emprego formal, deixaria de trabalhar com a mãe no carrinho. A estudante, no momento, está na faixa de trabalhadores ocupados com ensino superior incompleto, que correspondem a 5,4% das pessoas ocupadas na região Sudeste, segundo a última Pnad Contínua.

O mercado informal apresenta poucas pesquisas específicas sobre o tema. A última divulgada pelo IBGE a respeito do mercado de trabalho informal foi em 2003, ou seja, há 14 anos. Na época a pesquisa foi chamada de Economia Informal Urbana e

realizada em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O relatório era focado nas empresas com até cinco funcionários.

Durante cerca de dois anos foi publicado um índice que buscava traçar um panorama da condição feminina no Brasil, o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM) no qual foram compilados dados de diversos órgãos de pesquisa, desde o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) até o IBGE. Em 2016, o relatório não foi divulgado. Mas, em junho, a Câmara dos Deputados publicou o estudo “Mulheres no Mercado de Trabalho: onde nasce a desigualdade?”, com consultoria de Tânia Andrade. No estudo, fez-se uma síntese dos avanços e retrocessos na condição econômica da mulher brasileira. Em ambos os documentos as mulheres negras e empregadas domésticas tiveram uma análise aprofundada.

Apesar das dificuldades, Jussara tem prazer no trabalho extra. “O vínculo de amizades que a gente faz é muito grande com as vendas. As pessoas pedem, elas precisam da mercadoria. E a gente está sempre ali disposta a entregar um folheto, a mercadoria”, afirma.

Vera Lucia também comenta que gosta da rotina e das atividades que faz. “Eu não dispensaria nenhum dos dois. Essa parte da decoração eu faço, porque eu gosto. Não sou hipócrita. Eu ganho um dinheirinho, mas é por prazer mesmo.” Para o futuro, a decoradora de festas pretende parar de trabalhar e viver com outra fonte de renda. “No futuro eu pretendo não trabalhar para ninguém. Meu planejamento é fazer quitinetes no terreno e alugar. Eu trabalho desde os 13 anos, está na hora de parar. Estou cansada.” 

A vez do VEGAN

O movimento saudável que tomou conta do Rio de Janeiro

Gabrielle Nunes e Fábio Marinho

Fotos de Gabrielle Nunes e Marcella Freire

Com cada vez mais adeptos, o veganismo marca presença em feiras e restaurantes, afirmando-se na cena cultural carioca e alimentando um mercado crescente



Na sala de um apartamento de classe média, no Humaitá, bairro da zona sul do Rio de Janeiro, uma jovem de 23 anos oferece um jantar para quatro amigos. O mês de fevereiro já estava na segunda quinzena, quando a atmosfera de Carnaval toma a cidade, e o jantar escapava à folia que começava a pipocar pelas ruas. “Espero que vocês gostem”, disse ela, aparentando estar um pouco ansiosa. Sobre a mesa circular estava o que restou da entrada, uma terrine, tira-gosto similar ao patê comumente servido em fatias. O prato pode ser elaborado com diversos tipos de carne, mas esse, diferentemente das receitas tradicionais, era feito de castanhas de caju. Próximos à vasilha onde estava o quase finado terrine, havia uma massa com as duas possibilidades de molho que compunham o cardápio principal da noite:

pesto de shiitake e uma variação do molho Alfredo, cuja base costuma levar leite animal mas foi substituída por um leite feito de castanhas. “Imaginei que a Cat fosse implicar com os cogumelos”, ela explicou, referindo-se a uma de suas amigas. Os pratos pouco tinham em comum, sobretudo na apresentação, mas uma coisa os une: nenhum animal foi morto ou explorado para sua elaboração.

Cientes da proposta do jantar, os convidados ouviram-na, atentos e curiosos, explicar o que estava nas duas travessas de vidro e como ela cozinhou cada uma daquelas comidas. Barbara Fürst, a jovem anfitriã, é vegana há aproximadamente um ano e, para além de uma confraternização ordinária, a reunião com os amigos tinha o objetivo de apresentar-lhes seu novo empreendimento, criado em parceria com o namorado, João Castro Silva: uma marca de alimentos

veganos, a Zupaleca. Apesar do nome diferente, as zupalecas, um tipo de alimento criado pela garota, nada são além de bolinhos veganos que podem ser compostos de grãos, legumes, verduras, frutas, sementes e condimentos. Com opções salgadas e doces, são oferecidos em diversos sabores, como croquete alemão, limão siciliano e paçoca.

Finalizado o jantar, a jovem levantou-se de sua cadeira, a mais próxima da cozinha, e para lá se dirigiu, pela direita, passando por entre a cristaleira e a cômoda de madeira adjacentes à porta que lhe dava acesso à geladeira, de onde ela trouxe a sobremesa. As zupalecas de limão siciliano serviram de base para o “cheesecake”, a receita americana de torta de creme de queijo, mas que, em vez do produto de origem animal, levavam um creme de castanhas sob uma cobertura de pasta de amendoim. “João, essas são para eles, não é

para você comer”, disse ela, enquanto incluía no cardápio da sobremesa algumas zupalecas de cacau com laranja. Barbara e João, graduanda em psicologia e recém graduado em jornalismo, respectivamente, ambos pela PUC-Rio, são apenas mais um exemplo de jovens que encontraram no veganismo uma alternativa profissional. Motivados pela escassez da oferta de alimentos veganos diversos e partindo da própria experiência com a procura por esse tipo de produto, o casal encontrou uma oportunidade de entrada em um mercado que, acompanhando um público progressivamente mais interessado no veganismo, cresce a cada dia.

Pesquisa realizada pelo Instituto Ibope, em 2012, revelou que existem cerca de 16 milhões de vegetarianos no Brasil. Ou seja, 8% da população total no país. Não há pesquisas que indiquem o número de veganos no Brasil, mas, a título de comparação, nos Estados Unidos 50% dos vegetarianos são veganos; já no Reino Unido, eles representam 33% das pessoas que não comem carne. Se essa razão fosse transposta para o Brasil, seria possível dizer, através de uma estimativa conservadora, que ao menos 5 milhões de brasileiros são veganos. Além disso, segundo a Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), o número de buscas pelo termo “vegano” no Google cresceu 1000% entre 2012 e 2016. Acompanhando a tendência, o mercado de comidas veganas também vem se expandindo. A SVB estima que já existam mais de 240 restaurantes vegetarianos e veganos no Brasil, além de diversas opções de produtos sem ingredientes derivados de animais em restaurantes e lanchonetes não-vegetarianos. Aos menos 25 restaurantes exclusivamente veganos ou vegetarianos estão localizados na cidade do Rio de Janeiro. Embora a maior parte deles esteja localizada no eixo Centro-Zona Sul, também há opções nas zonas Norte e Oeste.

Versões veganas de produtos originalmente cárneos ou lácteos, como coxinhas, queijos, quibes e linguiças, enchem as prateleiras de mercados e lojas. A demanda por esses produtos cresce tanto que têm surgido lojas especializadas em versões veganas de diversos alimentos. É o caso do Açougue Vegano, no Rio. Criado em 2017, a empresa fica na Barra da Tijuca e



Aline Duarte, Evânia Prata e Cláudia Chagas (da esq. para dir.), clientes do Açougue Vegano

vende de churrascos e linguiças a coxinhas de jaca, tudo 100% de origem vegetal. O menu busca agradar aos clientes veganos e também àqueles que nunca cogitaram deixar de comer carne. Esse é, inclusive, um dos objetivos da loja: aproximar aqueles que não conhecem o veganismo e apresentá-los a novas opções de receitas - sem nenhum ingrediente de origem animal. O Açougue Vegano se fez presente no espaço associado da Void General Store e da House of Food, em Botafogo, também na zona Sul. A primeira empresa é uma das franquias da loja-conceito que combina moda, itens de conveniência e bar, e a segun-

da. uma cozinha comunitária que, a cada dia, recebe um chef ou um cozinheiro para preparar sua especialidade culinária. No dia vegano as opções foram espetinhos veganos, hambúrguer de shiitake e a clássica coxinha de jaca. Evânia Prata, vegetariana há 30 anos, aproveitou a oportunidade para provar novas receitas com a amiga Cláudia Chagas. Aline Duarte, vegetariana havia dois meses, também foi experimentar as variações veganas do Açougue e considera eventos como esse uma oportunidade de aprender mais sobre a culinária vegana. O chef Celso Fortes, um dos criadores do Açougue Vegano, aposta que iniciativas como essa ajudam a levar informação a pessoas que nunca ouviram falar de veganismo.

• As feiras veganas

No fim da tarde do primeiro sábado de maio, o sol já se punha na capital fluminense, mas o Beer Veg estava apenas começando na rua São Clemente, em Botafogo. Em um terreno amplo, com uma cobertura de lona azul e branca e dezenas de barracões de pequenos produtores ao redor, a feira de alimentos veganos e cervejas artesanais já estava cheia. O DJ garantia a boa música enquanto o público se deliciava com os doces e salgados totalmente veganos. Barbara e João vendiam o alimento que elaboraram para sua marca. Começaram a frequentar as feiras como consumidores, mas, após a criação do empreendimento, passaram a estar atrás das barracões como produtores. Os



Anúncio de produtos do Açougue Vegano



As feiras, como a Beer Veg, têm sido espaços importantes para os empreendedores, mas também para o público degustar os produtos veganos

bolinhos, que começaram a ser vendidos em um estabelecimento na zona Sul, hoje são também comercializadas em redes de lojas de produtos naturais e estão marcando presença em várias feiras por todo o Rio de Janeiro. Barbara acha que eventos como a Beer Veg propiciam benefícios para o negócio que vão muito além da prospecção da marca. “Acho que é muito bom para o pequeno produtor, tanto pela possibilidade de visibilidade diante do público, como pela rede que se cria, de contatos com organizadores, outros expositores et cetera”, afirma.

A incidência de eventos voltados para gastronomia vegana, que podem ser periódicos ou esporádicos e ocorrem em quase todos os fins de semana, é tão grande que ela afirma que, por limitação de pessoal, acaba recusando convites de exposição em uma feira por já ter presença confirmada em outra. Entretanto, ela alerta que, apesar de poder parecer o contrário, a inserção nas feiras pode não ser tão fácil. “Depende da feira e do que você expõe. Por exemplo, brownies e hambúrgueres já estão sendo suficientemente explorados. Mesmo assim, toda hora surge uma nova marca de brownie e hambúrguer, e aí acaba não tendo espaço para todo mundo, por ser repetitivo.”

No mercado de comida vegana,

inovação e ressignificação podem ser a chave. Foi o que aconteceu com os irmãos de criação João Vitor dos Anjos Reis e Catherine Fischer, ambos de 24 anos, que também expunham na Beer Veg. Nenhum dos dois é vegano, mas João Vitor é vegetariano há 5 anos e Catherine, há 2. Quando a mãe e a irmã dela decidiram também parar de comer carne, surgiu a ideia de criar receitas veganas. As criações deram tão certo que em setembro de 2016 os irmãos decidiram abrir a Marajaca, especializada em alimentação vegana - tudo à base de jaca. Desde o lançamento da marca, eles estão presentes

em feiras e eventos veganos todos os meses. Anelise Kaippert (vegetariana há 6 anos e vegana desde janeiro) e Ysis Neves (vegetariana desde 2001 e vegana havia 2 meses) são as idealizadoras e organizadoras do Beer Veg, com o objetivo de unir pequenos produtores veganos e cervejeiros artesanais. Empreendedora, Ysis já havia organizado, em março de 2016, o Encontro Veggie, também motivada pela falta de produtos veganos nos mercados. Anelise acredita que os eventos aproximam o veganismo do público leigo, mas critica produtores e organizadores que entram no mercado

Foto: Marcella Freire



Barbara Furst e João Castro Silva, donos da Zupaleca

Foto: Marcella Freire



Anelise Kaippert e Ysis Neves, idealizadoras e organizadoras do Beer Veg

Veganismo: 73 anos de história

O termo veganismo foi criado em 1944 por um grupo de “seis vegetarianos não lácteos”, convocados para uma reunião pelo inglês Donald Watson. No encontro em Birmingham, no Reino Unido, incomodados com a definição longa de seus hábitos alimentares e estilos de vida, eles escolheram a palavra “vegan” a partir da combinação das três primeiras com as duas últimas letras da palavra “vegetarian”. No mesmo ano foi criada a Vegan Society. Quando a associação tornou-se uma instituição de caridade, em 1979, o veganismo foi definido como “uma filosofia e modo de vida que procura excluir – na medida do possível e do praticável – todas as formas de exploração, e crueldade, de animais para alimentação, roupas ou qualquer outro propósito; e, por extensão, promove o desenvolvimento e o uso de alternativas livres de animais em benefício dos seres humanos, dos animais e do meio ambiente. Em termos alimentares, denota a prática de rejeitar todos os produtos derivados total ou parcialmente de animais”. Para celebrar o 50º aniversário da instituição, em 1994 foi adotado o 1º de novembro como Dia Mundial Vegano.

A Vegan Society é responsável pela certificação de mais de 22.000 produtos e serviços em todo o mundo. Feita uma pesquisa no site da organização, apenas uma empresa brasileira pode usar o selo de produto 100% vegano (imagem ao lado), a Duprata Alimentos, criada em 2013 na cidade de Prata (Minas Gerais), fabricante de barras de frutas naturais e barras de amendoim. Entre as várias instituições que certificam produtos e serviços livres de crueldade animal



há a People for the Ethical Treatment of Animals (Peta) e a Vegan Action. No Brasil, as empresas podem recorrer à certificação da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), com quase 30 empresas autorizadas a usar o Selo Vegano.

A diferença entre o vegetariano e o vegano é que o primeiro, apesar de não se alimentar de carne, consome produtos de origem animal (ou composto por eles), como ovos e laticínios. Além de não comer quaisquer produtos que tenham causado sofrimento animal, o vegano é contra todo tipo de exploração dos animais, como em touradas, circos, jardins zoológicos, pesca, caça e outros.

apenas em busca de lucro: “Eu noto muito que às vezes as feiras crescem por razões oportunistas, porque está na moda. Mas qual é a motivação da pessoa? As minhas motivações para fazer o Beer Veg foram duas: um porque eu apóio o veganismo e gosto de fazer coisas relacionadas a isso e relacionadas à proteção animal; e o que fazia muito sentido para mim era poder reunir o pequeno produtor de bebida, no caso o cervejeiro artesanal, com o de comida. O vegano quer muito saber o que ele está comendo, e ele também quer saber o que está bebendo”.

Embora as feiras se concentrem majoritariamente na zona Sul, elas têm se espalhado cada vez mais para outras regiões da cidade. O Veg Borá, também organizado por Ysis, é um dos exemplos. Realizada com frequência na zona Norte, a feira, que hoje é mensal, surgiu da demanda do público por eventos maiores. Na intenção de manter o veganismo aces-

“Acho que é muito bom para o pequeno produtor, tanto pela possibilidade de visibilidade diante do público, como pela rede que se cria.”

Barbara Fürst, empreendedora vegana

sível ao público, a empresária determina que o valor de cada comida não pode exceder a quantia de R\$ 20,00 e a renda obtida é revertida para a causa animal. Outros eventos de grande dimensão, que inclusive transcendem os limites da capital fluminense, têm ocorrido em Niterói, como o festival Veggo e a feira Itacoatiara Vegan, evitando que os moradores da cidade vizinha precisem atravessar grandes

distâncias para ter acesso à culinária vegana. A pioneira das feiras para os cariocas foi a Primavera Vegana, que acontece quinzenalmente em Botafogo. Além dos expositores de alimentos veganos, a Primavera vai mais a fundo e conta com vendedores de roupas e itens de higiene pessoal livres de crueldade animal. O que parece ser consenso entre produtores e organizadores de eventos é que as feiras veganas contribuem para a diminuição do preconceito que muitas pessoas ainda têm em relação ao veganismo. Nas feiras, o público entra em contato com a filosofia vegana de proteção animal e entende que o veganismo não é apenas uma dieta restritiva, mas um estilo de vida que preza pelo respeito à natureza. O chef Celso Fortes, um dos criadores da marca, estava presente e garante que iniciativas como essa ajudam a levar informação a pessoas que nunca ouviram falar sobre veganismo.

Mídia e veganismo

Em uma cozinha bem equipada, bem decorada e bem arquitetada, uma moça prepara um prato de macarrão de abobrinha com pesto de nibs de cacau (pequenos fragmentos da amêndoa da fruta usada para produzir o chocolate). Trajando um vestido mesclado de estampas coloridas variadas e um colar de muitas voltas em seu pescoço, ela prepara cada ingrediente pontuando todos os benefícios que eles podem oferecer. Na concepção do prato, não consta nenhum produto de procedência animal. A personagem descrita é Bela Gil, nutróloga, chef de cozinha e apresentadora do programa *Bela Cozinha*, no GNT. Apesar de não ser vegana, a maioria das receitas da filha de Gilberto Gil não contém ingredientes de origem animal – entre todas as listadas no canal do programa, apenas 12% delas têm ovo, queijo, mel ou aliche, sendo estes ingredientes detalhes substituíveis nos pratos preparados, em muitos dos casos.

No programa *Tempero de Família*, do canal de TV a cabo GNT, o modelo Rodrigo Hilbert ensina como fazer requeijão vegano. A clássica resignificação de alimentos lácteos chega às telas de um veículo de grande projeção com o potencial de fazer os espectadores menos antenados se questionarem: mas para que inventar um requeijão que não leva queijo? No Facebook, onde um trecho do programa foi publicado, até o momento o vídeo tem

mais de 1,6 milhões de visualizações e mais de 21 mil compartilhamentos. A receita apresentada por Hilbert, mesmo não levantando a bandeira do veganismo, reflete as novas demandas de uma parcela do público.

Esses são alguns indícios de que as investidas no meio vegano por parte dos programas de culinária apresentados na TV são tentativas de acompanhar as mudanças no comportamento de um segmento do povo brasileiro. E até já existe um programa exclusivamente dedicado a receitas veganas de alimentos e cosméticos. O *Diário de uma Vegana*, apresentado por Alana Rox também no GNT, é a garantia de espaço na mídia para um estilo alimentar e de vida que antes estava restrito à pouca expressão. Além do programa na TV, Alana tem um portal sobre veganismo, o *The Veggie Voice*, no qual compartilha receitas e dicas. Em sua conta no Instagram, na qual se dedica a dar esclarecimentos sobre o veganismo, ela é seguida por mais de 130 mil pessoas.

As redes sociais também são uma ótima plataforma para quem quer saber um pouco mais sobre o tema e trocar experiências. Além da possibilidade de divulgação de eventos, lojas e restaurantes, existem fóruns específicos para quem se interessa pelo veganismo, seja adepto ou apenas simpatizante. O grupo *Ogros Veganos* surgiu meio por acaso, em maio de 2014, quando Ellen Guima-

rães, de Salvador, conversava com o marido Paulo Victor Guimarães sobre antigas comunidades no Orkut. Uma dessas comunidades se chamava *Ogros Vegetarianos* e, pesquisando no Facebook, o casal percebeu que faltava um grupo parecido voltado aos adeptos do consumo que exclui todos os produtos de origem animal. Criaram, assim, o *Ogros Veganos*, com o objetivo de compartilhar fotos e receitas de comidas veganas e promover o veganismo. Hoje o grupo conta com mais de 150 mil membros – e cerca de mil novos seguidores são adicionados a cada semana. Ellen, que deixou de comer carne em 2005 e se tornou vegana em 2012, acredita que o mercado mudou muito nesse período.

A facilidade de encontrar produtos veganos, segundo ela, aumentou bastante, criando um ambiente mais favorável àqueles que decidem viver sem consumir produtos de origem animal. A moderadora do grupo também opina sobre a aproximação dos simpatizantes com o movimento: “São pessoas que estão abertas a conhecer o novo, provar e até incluir refeições vegetarianas em sua rotina. Eu acho isso muito legal porque, ainda que aos poucos, vai mudando o inconsciente coletivo da sociedade”. Além de serem criadores do grupo *Ogros Veganos*, Ellen e Paulo Victor abriram em dezembro de 2016 um empório 100% vegano em Salvador, chamado *Veganza Empório*. Lá, eles vendem exclusivamente produtos de origem vegana e promovem atividades como rodas de conversa e exibição de filmes, além de incentivar a adoção consciente de animais e a discussão de temas como testes em animais para a produção de remédios, xampus, sabonetes, maquiagens e cosméticos em geral. 

 Versão online: www.parlamidia.com/veganismo

Reprodução: GNT



Reprodução: GNT



Bela Gil e Rodrigo Hilbert comandam programa no canal GNT

Mapa Vegano do Rio



- 1 • **PRANA**
Rua Ererê, 11D. Praça São Judas Tadeu, Cosme Velho
- 2 • **VEGANA CHÁCARA**
Rua Hans Staden, 30. Botafogo
- 3 • **BIOCARIOCA**
Rua Xavier da Silveira, 28. Copacabana
- 4 • **SPAZZIANO**
Rua Prudente de Moraes, 729 - Ipanema
- 5 • **RÓ - RAW & WINE**
Rua Pacheco Leão, 102 - Jardim Botânico
- 6 • **VEGETARIANO SOCIAL CLUBE**
Rua Conde Bernadotte, 26, loja L - Leblon
- 7 • **VEGAN VEGAN**
Rua Voluntários da Pátria, 402 - Loja B - Botafogo
- 8 • **REFEITÓRIO ORGÂNICO**
Rua Dezenove de Fevereiro, 120 - Botafogo
- 9 • **RIO VEGANO**
Rua Barata Ribeiro, 806 - Copacabana
- 10 • **NATURALIE BISTRÔ**
Rua Visc. de Caravelas, 11 - Botafogo
- 11 • **HARE BURGER - BARRA**
Avenida Lucio Costa, 1976 - Loja A
- 12 • **HARE BURGER - IPANEMA**
Avenida Henrique Dumont, 68 - loja G
- 13 • **HARE BURGER - LEBLON**
Avenida Ataulfo de Paiva, 1235 - Lojas A,B e C
- 14 • **HARE BURGER - SHOPPING RIO SUL**
Rua Lauro Müller, 116 - 4º Piso
- 15 • **HARE BURGER - TIJUCA**
Rua Santo Afonso, 445 - Loja G
- 16 • **HARE BURGER - PENÍNSULA**
Avenida Flamboyants da Península, 855 - Loja 110
- 17 • **BARDANA**
Praça Ana Amélia, 9 - Centro
- 18 • **REINO VEGETAL**
R. Luís de Camões, 98 - Centro
- 19 • **RESTAURANTE NATURAL VEGETARIANO**
Rua da Carioca, 54-A - Centro
- 20 • **DONA VEGANA**
Av. Marechal Floriano, 13, Centro
- 21 • **VEGGIE GOVINDA SABOR DA ÍNDIA**
R. Rodrigo Silva, 6 - Centro
- 22 • **METAMORFOSES**
R. Santa Luzia, 405 - Cj 207 - Centro
- 23 • **GOURANGA VEGGIE**
Avenida Gomes Freire, 625 - 2º andar - Lapa
- 24 • **RESTAURANTE VEGETARIANO TEMPEH**
R. Primeiro de Março, 24 - Centro
- 25 • **GREEN RESTAURANTE**
R. do Carmo, 38 - Centro
- 26 • **LAPAMAKI - LAPA**
Rua Riachuelo, 67. Centro
- 27 • **LAPAMAKI - COPACABANA**
R. Bolívar, 7
- 28 • **LAPAMAKI - IPANEMA**
R. Vinicius de Moraes, 124
- 29 • **BRASIL VEGETARIANO**
Rua Buenos Aires, 53. Centro
- 30 • **RADHE SHYAM - REFEITÓRIO VEGAN E LACTO VEGETARIANO**
R. Felipe Camarão, 140 - Vila Isabel
- 31 • **NINHO VEGANO**
Tv. Barros Leite, 109 - Quintino Bocaiuva
- 32 • **.ORG BISTRÔ**
Av. Olegário Maciel, 175 - Loja G - Barra da Tijuca
- 33 • **CASA VEGANA CAMINHO DO MAR**
Estr. do Pontal, 3091 - Recreio dos Bandeirantes

MULHERES & GAMES

Mesmo com o crescimento da participação feminina no ambiente dos jogos virtuais, elas continuam sendo vítimas de preconceito e assédio

Christiana Sobral, Fernanda Oliveira e Nuno Medeiros

O MACHISMO E a violência de cunho sexual seguem fortes e a competência das jogadoras é constantemente colocada em xeque

Amanda Abreu é uma dessas meninas que impressionam. A juventude de seus 22 anos falha em mostrar toda a experiência que já adquiriu em suas viagens pelo mundo. Ela nos recebeu em sua casa, na Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, com uma simpatia acolhedora e conversa fácil, de short e camisa do Flamengo, time pelo qual diz torcer desde pequena, e de óculos de grau, necessidade por passar em média seis horas por dia na frente de uma tela de computador. Mas Amanda não despense esse tempo apenas por ser uma jovem que gosta de acessar a internet. Ela é jogadora profissional de Counter-Strike: Global Offensive (CS:GO), uma jogo de tiro da modalidade FPS (First Person Shooter), ou, em português, Tiro em Primeira Pessoa, e treina todos os dias. "Como em um emprego normal", faz questão de ressaltar.

Seu quarto e espaço de treino denunciam sua personalidade forte, confirmada por suas declarações contundentes e sua luta pela igualdade entre homens e mulheres, especialmente dentro do mundo dos games. Além dos quadrinhos e fotos que emolduram a parede, há também

imagens que remetem ao feminismo. Orgulhosamente, Amanda retira-as do lugar para mostrar mais de perto, e acrescenta: "Eu sou muito feminista, faço questão de mostrar, olha aqui". A cor vermelha predomina no ambiente, inclusive iluminando o teclado do computador. E mais do que apenas a cor do seu time de coração e do seu patrocinador, Amanda defende que a tonalidade representa "a mulher que é

“Eu gosto de assustar o homem que tem medo de mulher segura”

Amanda "AMD" Abreu, 22 anos

segura". "Eu gosto de assustar o homem que tem medo de mulher segura", revela. E Amanda treina exaustivamente. Diante do computador, bem em frente a sua cama, a jogadora do time Alientech, de Portugal, tem passado pelo menos um quarto de seu dia em preparação para um campeonato na Suécia. "É cansativo, exaustivo, psicologicamente é muito complicado, porque tem dias que você não

aguenta olhar pro computador e tem que passar seis horas treinando. Mas é realmente um sonho, porque tudo que eu tenho em retorno compensa todos os sacrifícios."

Amanda é apenas uma dentre milhares de mulheres praticantes de games no Brasil hoje. E a presença feminina nesse universo não é pequena. A Pesquisa Game Brasil 2017, realizada pela agência de tecnologia Sioux em parceria com a Blend New Research e a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), aponta que, dentre as pessoas que declaram jogar algum jogo eletrônico, 53,6% são mulheres (em 2016 esse número era de 52,6%). Dentro desse universo, seis em cada 10 mulheres se definem como jogadoras casuais e preferem a plataforma mobile (smartphones, tablets, computadores de bolso, PDAs etc.). As mulheres gamers possuem um perfil específico: jogam de 1 a 3 horas por semana em média e preferem jogos de estratégia, aventura, cartas, Match 3 (em que é preciso reunir três ou mais peças seguidas para a obtenção de pontos, como nos jogos Bejeweled e Candy Crush) e trívia (do tipo em que os jogadores testam seus conhecimentos sobre temas de interesse geral, a exemplo de Quiz). Já a



Amanda “AMD” Abreu treina para torneio mundial feminino de CS:GO

pesquisa Youtube Insights, divulgada em julho, mostra que 80% do público que joga games de celular no Brasil é formado por mulheres.

As cifras movimentadas pela indústria dos games em todo o mundo têm demonstrado a força do setor. Se em 2016 o setor da música faturou US\$ 15,7 bilhões, os games renderam sete vezes mais, ou US\$ 108,9 bilhões. E o Brasil não deixou de dar sua contribuição nessa área: cerca de 56 milhões de brasileiros consomem conteúdo de games online, tendo movimentado com os jogos, em 2016, quase US\$ 1,5 bilhão. As cifras colocam o país como 11º no ranking mundial e 1º na América Latina. E em número de jogadores é o 4º do mundo.

A consolidação do crescimento do público feminino é ligada especialmente à imagem, já que as jogadoras profissionais estão ocupando um espaço grande em divulgação. Os homens, no entanto, ocupam um lugar de destaque com torneios bem estruturados e com gordas premiações. Os campeonatos femininos no mundo todo ainda são escassos. Poucos possuem prêmios e, quando os têm, os

valores chegam a ser 400% menores do que em torneios masculinos do mesmo nível. A paixão de Amanda pelo jogo começou como a de qualquer jovem que frequentava as clássicas lan houses na primeira década dos anos 2000. “Eu fui criada com três primos na minha casa e eu nunca fui muito menininha. Eu cresci jogando futebol, bolinha de gude. Nessa época que o CS estourou na lan house, eles pararam de ir pra rua jogar futebol e ir pra lan house jogar. E teve um dia que eu bati o pé e falei ‘ah, eu quero ir, vocês não brincam mais comigo’. Isso eu devia ter uns 15 anos. E fui. Foi a primeira vez que eu joguei CS. Eu era a única menina da lan house, a única. Passei lá um dia inteiro e eu me apaixonei pelo jogo.”

O jeito pouco “menininha” fica evidente no jeito moleque e brincalhão de Amanda e no boné que adorna sua cabeça junto ao fone de ouvido, seus fiéis companheiros em momentos de treino e partidas. Apesar de a maquiagem estar sempre presente nos momentos sob holofotes, ela ressalta que suas roupas de jogo são sempre blusas e calças. Apesar de serem sua

escolha para se vestir, ela acredita que a indumentária explica porque sofre pouco assédio no ambiente dos games. Porém, avisa que não tem nenhum problema com as mulheres que utilizam roupas consideradas mais “provocantes” e condena o assédio sofrido por elas. “Eu não tenho um pingote de vaidade com roupas, estou sempre de boné, mas as meninas que têm um jeito mais vaidoso sofrem muito e são muito xingadas por se vestirem da forma que elas querem. Isso me incomoda muito, porque a sociedade se incomoda muito com o que você está vestindo. Elas estão ali para mostrar seu jogo e as pessoas as julgam por suas roupas.”

• Gamergate

O machismo no mundo gamer ganhou visibilidade em 2014 após o episódio que ficou conhecido como Gamergate. O escândalo foi o resultado de uma onda de cyberbullying provocada pelo ex-namorado da desenvolvedora de games Zoë Quinn, que criou um blog destinado a difamá-la, afirmando que a designer trocava críticas positivas de jornalistas espe-



Foto: Arquivo pessoal

Renata “Reeh Redwish” Bagnato já foi vítima de preconceito na plataforma Twitch

de videogame. Renata conta que o preconceito acontece até mesmo com sua mãe, iniciante na modalidade e que joga apenas por diversão. “Até com a minha mãe, você acredita? Minha mãe faz umas *lives* (transmissões online ao vivo) de vez em quando e tem gente que vem xingar ela, tipo ‘o que você tá fazendo, vai assistir novela, sua velha’. As pessoas não têm limite na internet, é ridículo. Ela entra e joga CS. Ela não é boa, ela tá aprendendo agora a jogar, e aí ela entra às vezes no competitivo e o povo fica ‘meu Deus, por que você tá jogando? Vai fazer comida, vai fazer janta’. Nada a ver, sabe?”, conta. “Outro dia a gente *tava* fazendo *live* tranquilamente, até que chegou um cara e começou a xingar muito ela. A gente dava *ban* (abreviatura de *banned*, que significa banido), ele criava outra conta e ficava xingando, sabe? Até ela fechar a *live* mesmo, o cara ficava fazendo isso”, relata Renata.

• Assédio indiscriminado

Idade realmente não parece ser impedimento para xingamentos, assédio ou comportamento grosseiro no mundo dos games. Um caso recente ficou bastante famoso por conta justamente da pouca idade da jogadora que sofreu violência virtual. Um pai foi às redes sociais pedir que sua filha, de apenas 10 anos e jogadora de *Overwatch* (jogo de FPS semelhante ao *CS:GO*), pudesse jogar em paz. Eros Reis fez um apelo – que viralizou na internet – simples: “Logo de cara irei pedir ajuda. Minha filha mais velha gosta muito de jogar *Overwatch* no PS4 (PlayStation 4, um console de videogame), é uma boa menina educada e gentil, tem 10 anos, mas sempre que tenta usar o H7 (modelo de headphone) é bombardeada por xingamentos e pedidos desrespeitosos. A quantidade de mensagens pedindo fotos e outras coisas é desanimador.” O caso da filha

cializados sobre seu novo jogo – *Depression Quest* – por sexo. A situação chegou a um ponto em que todas as mulheres que a defenderam sofreram ataques, assédio e ameaças, chegando ao ponto de Zoë e suas amigas mudarem de endereço e se esconderem por medo. O acontecimento chamou a atenção da mídia para o sexismo e para a agressividade com que as mulheres são tratadas no mundo gamer, o que é corroborado por Amanda mesmo quando se trata do ambiente amador dos jogos: “Tenho amigas que não são profissionais, que jogam só para se divertir e que sofrem 24 horas por dia com pessoas aleatórias mandando elas irem lavar louça ou sendo chamadas de vagabunda simplesmente porque elas jogam melhor do que eles”.

Um desses casos é o de Renata

Bagnato, conhecida no mundo dos games como “Reeh Redwish”. Jogadora amadora de *CS:GO* e começando seu primeiro time, ela é figurinha carimbada em *streams* (ambientes online para transmissão de jogos em tempo real). Por estar em uma plataforma pública e gratuita – o Twitch, da Amazon –, Renata está um pouco mais sujeita a lidar diretamente com preconceito e assédio através da sessão de comentários e dos jogadores do sexo masculino. “Com certeza (eu sofro preconceito). Isso ocorre tanto no jogo quanto na própria *stream*, na própria Twitch. As pessoas chegam e falam ‘nossa, mostra os peitos’, porque mulher é sinônimo de objetificação, né?” A jogadora ainda ressalta que o problema não se encontra nas roupas ou na jovialidade da mulher por trás do computador ou do console

53,6%

das pessoas que jogam games no Brasil são mulheres

80%

do público que usa jogos eletrônicos no celular são do público feminino

Os prêmios nos poucos torneios femininos são

400%

menores que os dos masculinos


de Reis não é isolado. De acordo com uma pesquisa feita pela Universidade Estadual de Ohio em 2016, nos Estados Unidos, 100% das gamers que jogam 22 horas por semana ou mais já sofreram assédio no ambiente virtual. Apesar do assédio não ser restrito apenas às mulheres, a predominância da violência contra o gênero feminino assusta. Os tipos de assédios mais frequentes detalhados pela pesquisa envolvem pedidos sexuais, piadas com estupro, além de xingamentos de cunho sexista, relacionados à aparência da jogadora.

Mesmo diante do quadro geral muito desanimador, através de relatos e pesquisas que confirmam o preconceito e o assédio tanto contra gamers amadoras quanto profissionais, as jogadoras não parecem estar dispostas a desistir da luta por espaço e igualdade. E Amanda Abreu é um dos principais exemplos disso. Na briga por melhores prêmios para ela e suas companheiras de competição, a jovem iniciou em 2017 a campanha “Fechada com as Minas”, para arrecadar fundos, cujo objetivo é aumentar os valores para as

equipes vencedoras do torneio Power Lounge Cup Feminina. A iniciativa, que foi anunciada nas redes sociais com a hashtag #CSGirls, previa que as jogadoras vendessem camisetas e se organizassem para jogar por 24 horas (com substituição de jogadora a cada três horas) durante uma semana, num total de 168 horas ininterruptas, inclusive com a participação de alguns jogadores homens apoiadores da causa. Também contou com o apoio de alguns programas de TV especializados no assunto, como o EI Games, do canal Esporte Interativo. “Eu fiz um projeto porque nenhum campeonato brasileiro teve premiação no feminino. Então eu fiz uma maratona que durou sete dias, com todas as mulheres do cenário, pra gente fazer *streams* 24 horas e nós arrecadamos 10 mil reais para o campeonato feminino”, conta, orgulhosa, a jovem.

Ainda que as cifras que envolvem o mundo dos games sejam bilionárias, o cenário feminino é carente de apoio por parte de patrocinadores e investidores. Por isso, as próprias jogadoras têm arregaçado as mangas e, a exem-

plo de Amanda, começado a fazer suas partes. Outra iniciativa da união feminina no meio é a organização Women Up Games, fundada em 2014 pela empreendedora e designer de games Ariane Parra. Ela, através de palestras, campeonatos e workshops para mulheres gamers, busca aumentar a inclusão de mulheres no mundo dos games, inclusive incentivando as que têm interesse em trabalhar no meio com desenvolvimento e desenho de jogos. Aluna de Engenharia de Produção e com um certificado em Gestão e Liderança pela Universidade de Pittsburgh, nos Estados Unidos, em 2009, Ariane tem como meta empoderar as mulheres através da tecnologia.

Mas a luta pela igualdade na área dos games pelo jeito apenas começou. Para Amanda, ser campeã mundial nem é tão importante. O sonho dela, de Renata e de todas as mulheres gamers é o mesmo: o fim dos ataques gratuitos de preconceito e assédio somente por elas serem mulheres e de que, na vida e no jogo, todos sejam iguais, independentemente do gênero sexual. 

 Versão online: www.parlamidia.com/gamefemme

Foto: Site E-Sports



Torneio feminino da EWSC, empresa especializada na realização de eSports

“O equipamento está montado / Eu tô testando o som (...) Pra abalar, abalou / É o Baile do Dendê na Ilha do Governador.” É com a música “Pra Balançar”, de Marcio do Cacuia, que a pista de dança se abre. Homens e mulheres, em sua maioria jovens brancos, bem vestidos, amontoam-se em uma casa de shows na Lapa, zona central do Rio de Janeiro. Seguranças vestindo terno e gravata, ar condicionado gelando, chapalaria (para as mulheres guardarem suas bolsas caras e garantirem que não vão perdê-las), combos de vodka importada e energético, fumódromo (com cigarros liberados e proibidos), banheiros prontamente limpos por uma faxineira que fica a postos a noite toda. Assim como nos morros cariocas dos anos 1990 e 2000, as galeras continuam indo às festas, que outrora ganhavam o nome de baile, para curtir o funk, ritmo nascido nas favelas que ganhou espaço nas boates do asfalto, porém o ambiente parece ter mudado. Os negros, que eram maioria nos bailes das antigas, agora estão em outros papéis. Muitos prestam serviço de segurança, atendem no bar, atuam na faxina, são responsáveis por receber os pagamentos dos clientes. Mas será que só o público mudou ou o funk passou por transformações com o passar todos anos?

It's only PANCADÃO but I like it

O passado e o presente do funk carioca

Julio Trindade, Marcello Berg e
Thamírys Andrade

Fotos de Julio Trindade

O ritual começa cedo: é preciso ajeitar o cabelo, escolher a melhor roupa, passar a maquiagem e começar o “esquentar”, que é basicamente beber para já ir entrando no clima. “Mas tem que ter cuidado para não queimar a largada”, adianta Sylvania Melo, moradora do Morro do Dendê, favela na Ilha do Governador, bairro da zona Norte do Rio de Janeiro. Loira, de estatura mediana, Sylvania é uma daquelas mulheres que chamam a atenção por onde passa, seja pela sua simpatia e sua personalidade forte, seja pelos seus looks. Nascida, criada e ainda morando no Dendê, Bê, como é conhecida, sempre curtiu os bailes que acontecem no bairro. “Sexta-feira rola um pré-baile, que não enche tanto. É no sábado que o bicho pega”, afirma. “O funk de hoje perdeu um pouco a essência. Eu ainda vou ao baile, mas não mais com a mesma frequência que eu ia antes. O público mudou, as letras mudaram. Antigamente a gente ia pra dançar, curtir os amigos, fazer as coreografias. Hoje só tem música pra rebolar a bunda”, aponta a insulana, dona de uma empresa de aluguel de materiais para eventos. O funk do passado, com letras mais românticas, que retratavam a realidade dos moradores das favelas

ou de protesto, deu espaço para a sensualidade, sexualidade e irreverência em suas canções, tendência em quase todos os gêneros musicais nas paradas. Essas mudanças também atraíram novos ouvintes e amantes do ritmo, fazendo com que os mais saudosistas dos clássicos dêem espaço para uma nova geração de funkeiros e seus ídolos. O público de fato mudou. E embranqueceu. E enriqueceu. E a mídia é uma grande responsável por tudo isso.

Em 1994, o Brasil estava aos pés de uma rainha, apesar da monarquia não ter voltado a governar o país. A representante da realeza em questão era uma loira de 1,78 metros que reinava absoluta na televisão e nos corações dos brasileiros. Seus súditos eram baixinhos e ela atendia pelo



Silvania Melo (com o copo de cerveja na mão) não vê com bons olhos o funk atual: "Hoje só tem música pra rebolar a bunda"

singelo nome de Xuxa. Nome forte na TV Globo, a gaúcha era sucesso de audiência com o seu Xuxa Park, que liderava as manhãs na emissora. Amante do funk, Xuxa passou a dedicar uma hora do seu programa aos sábados para o ritmo e chamou Fernando Luís da Matta, ou DJ Marlboro, para comandar o “Xuxa Park Hits”, como foi chamado o quadro. Como destaca o jornalista Silvio Essinger no livro “Batidão: a história do funk”, ali começou o sonho dourado dos funkeiros, que entraram pela porta da frente no maior veículo de comunicação do Brasil. Mas o funk passou por mudanças até chegar nos dias de hoje, com um espaço mais estabilizado na grande mídia. “Acho que havia uma ingenuidade maior nas letras e uma busca por um estilo que ainda não estava muito bem definido. Hoje o funk já está estabelecido, com suas vertentes bem definidas, e as portas para o pop e o *mainstream* foram abertas por quem veio antes”, avalia Essinger. Mas quem foi que veio antes?

• Do “Parapapapapa” para a Câmara Municipal

Ali, na entrada lateral da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, no centro da cidade, uma das figuras mais emblemáticas da música carioca nos esperava para um papo rápido. Entre um fã e outro que ocasionalmente parava para cumprimentá-lo, o assessor do vereador Renato Cinco, parlamentar do PSOL, não demonstrava ser o lendário MC Leonardo, funkeiro que, junto com o irmão, MC Junior, enfileirou hits nos anos 1990 e se consagrou como um dos maiores nomes do funk carioca. Entre seus destaques estavam o Rap das Armas, que listava uma série de armas recorrentemente citadas nas páginas policiais, e “Endereço dos Bailes”, que apontava os principais bailes do Rio. “Eu sou resultado daquilo que vivi e não daquilo que estudei.” Essa frase do MC reitera o que o jornalista Silvio Essinger colocou no seu livro: que Leonardo Pereira Motta é um dos mais articulados e cultos MCs do universo funk. “E não é de articulação política, não. É da variedade de

“É som de preto / de favelado / mas quando toca / ninguém fica parado”

saídas para divulgar o funk”, ressalta o MC, que é um dos idealizadores da Associação dos Profissionais e Amigos do Funk (Apafunk), organizada para ajudar os funkeiros e divulgar a cultura dos bailes.

“A gente perdeu os espaços para cantar. Os artistas da velha guarda não cantam com a mesma frequência que cantavam antes porque o baile funk tradicional não existe mais. Quem tem equipamento de som hoje no Rio, se faz uma festa no sábado, não sabe se vai poder fazer no final de semana seguinte, porque a polícia pode vir e interditar, quebrar tudo. Essa é a realidade de hoje em dia aqui no estado”, lamenta Leonardo. O cantor também explica que a mudança do cenário musical afeta os artistas. Quem não aceita abrir mão do título “funkeiro” acaba perdendo espaço na mídia, ele garan-

te. “Os cantores que vieram do funk e estão na mídia hoje se renderam ao pop. MC Ludmilla deixou de ser MC. MC Nego do Borel passou a se chamar só Nego do Borel. O MC Naldo fez questão de tirar o MC e colocou o Benny, pra ficar com mais cara de artista pop”, aponta MC Leonardo, que faz questão de manter o MC e defender a bandeira do funk.

“A galera esqueceu o funk de favela e passou a ir para um funk mais pop, mais branco, um funk mercadologicamente mais interessante, mais lucrativo. A gente não pode medir o funk por esses caras. A gente não pode medir o funk pela novela. A gente tem que medir pelo espaço que ele está ganhando e perdendo nessa cidade. Nunca vivemos um momento tão ruim para o funk como agora”, avalia MC Leonardo. Ele fala ainda sobre a proibição por parte da polícia e as constantes denúncias sobre fechamentos de bailes funks, principalmente em favelas ocupadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, realizada entre 2007 e 2008, apontou que o funk movimentava cerca de 10 milhões de



Leonardo, um dos autores do hit “Rap das Armas”, é considerado um dos mais articulados e cultos MCs do universo funk

Bailes Funk

- | | |
|---|---|
| MANDELA
Mangunhos | ESPAÇO JEITO CARIOCA
R. Rachuelo, 15 - Centro |
| SPORT CLUB MACKENZIE
Rua Dias da Cruz, 361 - Meier | GAIFEIRA ELITE
R. Frei Caneca, 4 - Centro |
| GRES ACADÊMICOS DO SALGUEIRO
Rua Silva Teles, 104 - Andaraí | ESPAÇO RAMPA
Av. Repórter Nestor Moreira, 42 Botafogo |
| REI DO BACALHAU RP
Rod. Washington Luiz, 2154 Parque Duque, Duque de Caxias | CORDÃO DA BOLA PRETA
R. da Relação, 03 - Centro |
| BARRA MUSIC
Av. Ayrton Senna, 5850 Jacarepaguá | MARINA DA GLÓRIA
Glória |
| BOATE ALL IN
Av. Armando Lombardi, 483 Barra da Tijuca | CASTELO DAS PEDRAS
Estr. de Jacarepaguá, 3600 Jacarepaguá |
| FOSFOBOX
Rua Siqueira Campos, 143 Copacabana | ACADÊMICOS DA ROCINHA
R. Bertina Luiz, 80 - Rocinha |
| CASA DA MATRIZ
R. Henrique de Novais, 107 Botafogo | MORRO DO DENDE
Morro do Dende - Jardim Carioca |
| TEATRO ODISSÉIA
Av. Mem de Sá, 66 - Centro | |



reais por mês só na Cidade Maravilhosa, dando ocupação a mais de 10 mil pessoas, entre empregos diretos e indiretos. Como os comandantes das UPPs têm o poder de autorizar e proibir os bailes nas comunidades, o funk voltou para a informalidade, perdendo o espaço que era seu por direito, desde o nascimento. O Rio de Janeiro tem 38 favelas com Unidades de Polícia Pacificadora, porém em apenas uma, na UPP dos Tabajaras, em Copacabana, zona Sul, o baile funk continua acontecendo.

Espeta os pendrives no mixer, ajusta o fone de ouvido personalizado, liga o celular e já se prepara para fazer uma transmissão ao vivo, mandando beijos e abraços para os assíduos espectadores em sua conta no Facebook. Com a destreza de um maestro, mas usando bermuda e boné, Anderson Lorca, o DJ Cocamá, já está pronto para comandar seu programa Caldeirão Ilha Mix, na Rádio Ilha Mix, emissora online. Suas transmissões alcançam quase mil visualizações nas redes sociais, onde ele toca e mixa as músicas ao vivo. Cocamá é um dos muitos casos de artistas do funk que buscam as redes sociais para se destacar.

Com 14 anos de carreira, o DJ, que também é produtor e empresário, faz em média 15 festas por mês e consegue viver exclusivamente do funk. Além de comandar aos sábados as pistas de uma boate carioca, é presença constante em diversos clubes, além de receber convites para tocar em aniversários e

casamentos. Um dos segredos, ele garante, é acompanhar as mudanças do gênero. “O público hoje em dia curte mais o funk atual, já que a maioria dos frequentadores é a galera mais nova e não conhece tanto os clássicos do ritmo. Não acredito que o público tenha perdido a identidade de favelas, mas acho que ele é mais aceito pela sociedade por estar presente na mídia, nas novelas. O funk entrou em locais que há cinco, seis anos era praticamente impossível de entrar. Não acho que a essência tenha se perdido, só os tempos que são outros”, afirma o DJ. “Youtu-

**“ Tá todo mundo aqui /
Prontinho pra zuar / Libera
a energia que o planeta vai
girar ”**

be, celulares, Spotify, Facebook... Você consegue ouvir funk em qualquer lugar, a qualquer hora. A gente não tinha isso tempos atrás e hoje essas são as nossas principais ferramentas para manter o sucesso e seguir vencendo no funk”, finaliza Cocamá.

• A fluidez do funk

Brinco na orelha, blusa social dobrada acima dos cotovelos e uma postura informal. Em uma sala de aula do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de

Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Michael Herschmann nos aguarda para a entrevista. Doutor em comunicação, Herschmann escolheu o funk e as manifestações culturais, principalmente as dos anos 1990, como objeto de estudo, publicando alguns livros na área. Mas ressalta que, apesar de não trabalhar com o funk há mais de uma década, ele ainda faz parte do seu interesse, mesmo acompanhando de longe. “As expressões culturais tem um dinamismo da mudança”. Para o historiador, à medida que ganhou espaço no meio musical, o funk deixou de ser demonizado. Mesmo assim, ele acha que ainda há preconceito social contra o funk, mesmo não sendo possível dizer que as mudanças de rumo de artistas como Anitta, Naldo e Nego do Borel sejam conseqüências da, ainda existente, discriminação. O desejo dos artistas por visibilidade também pode ser, defende Herschmann, um fator importante para que eles busquem ainda mais proximidade com a música pop. “Não estou dizendo que não seja, mas jogar isso (as mudanças no gênero) só na questão do preconceito pode ser um erro. Quando o Naldo e a Anitta invadem outros mercados, eles estão, de alguma forma, abrindo espaço para outros artistas”, completa.


A facilidade encontrada pelos artistas de hoje para se auto-divulgarem, em comparação com os do final dos anos 1980 e durante os anos 1990, é um fator de extrema relevância. Com

a internet, eles perceberam que, para fazer sucesso nos palcos, é preciso antes marcar presença na web. Canais do Youtube, como do produtor paulista Kondzilla, o Rei do Funk Ostentação, têm mais de 10 milhões de visualizações. Não é à toa que os artistas que fazem parte do canal estão entre os mais ouvidos das rádios, como é o caso dos MC Kevinho e MC Livinho. “As tecnologias ajudam. Os garotos do passinho (artistas de funk que focam mais na dança do que na música propriamente dita) tiveram quase 10 milhões de visualizações. Além disso,

a estrutura empresarial era diferente. As condições sócio-econômicas dos artistas de antigamente faziam com que, mais facilmente, eles aceitassem

“**Vamo mandar um alô pra rapaziada**”

qualquer show. Já os de hoje, a não ser que estejam desesperados, dificilmente vão ser explorados, o que valoriza as apresentações”, aponta o professor.

Já os dinossauros do funk, como MC Leonardo e seu irmão, Mr. Catra (“Ô simpático, para de arrumar caô”), Tati Quebra Barraco (“Não adianta, de qualquer forma, eu esculacho”) e William & Duda (“A de Abalou”), ainda resistem firmes, aproveitando a onda saudosista dos anos 1990, participando de eventos dedicados à época, casamentos e participações em discos de outros artistas. O funk é cultura, e cultura nunca morre. Ele sempre fará parte da história do Rio de Janeiro e isso é imutável. 

 Versão online: www.parlamidia.com/funk

Saddam vs ECAD: uma batalha sem fim

Mauricio Carneiro, ou Saddam, radialista, produtor e DJ, é o autor de “Calça da Gang”, sucesso dos anos 1990. Mesmo assim, ele reclama de não ter sido remunerado de acordo com as execuções do funk em rádios e boates de todo o país. E a fonte de seu incômodo é o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), órgão responsável pelo recolhimento dos direitos autorais de músicas e por repassá-los aos artistas. Com mais de 20 anos de carreira, o DJ segue na luta, com um programa semanal na rádio dedicado ao hip-hop e fazendo festas e eventos pelo Brasil - inclusive, é responsável por um baile na zona Sul do Rio. A seguir, ele conta sua experiência, nada boa, com o Ecad.

• Como você entrou no funk?

Eu tocava em uma boate na Gávea e sempre via com meus amigos as mulheres usando a, chamada na época, calça da Gang, que, como a propaganda dizia, deixava a bunda em pé. Na época, a calça custava 200 reais e, com essas informações, acabei fazendo o funk “Calça da Gang, toda mulher quer. 200 reais pra deixar a bunda em pé”. Somente essa frase com essa batida virou um sucesso naquele verão (dos anos 1990).

• Essa música foi seu único sucesso, um *one hit wonder*. Lá fora, artistas como Vanilla Ice, MC Hammer, Suzanne Vega e Ricky Astley também ficaram conhecidos como “artistas de uma música só”, mas ficaram ricos. O que essa música rendeu a você?

Foram feitas quase 200 montagens como essa música. Só oficiais, eu lancei 7 discos. Até o Tchan regravou essa música. Diferente lá de fora, eu só recebo uma merreca



do Ecad trimestralmente, algo em torno de R\$ 700. Não dá pra viver só com uma música de funk no Brasil. Eu tenho um outro disco, de hip-hop, que eu lancei uma música chamada “VIP” que rendeu muito mais em dinheiro do que “Calça da Gang”. Mas praticamente ninguém conhece. Quando eu gravei a música, eu pensei que conseguiria comprar até um apartamento com o dinheiro do Ecad, mas quando recebi o primeiro cheque, foi uma decepção: R\$ 157.

• Qual foi a explicação que o Ecad deu para isso?

Eles alegaram que a música não tocou tanto assim nas rádios. A medição do Ecad é muito ruim. Na época, se baseava pelas paradas de sucesso das rádios e televisão. “Calça da Gang” não tinha tanta reprodução nas rádios, mas ela era tocada em tudo quanto é lugar, até em enterro. O Ecad cobra uma taxa de qualquer lugar que esteja com uma música tocando, mas não faz a separação correta para qual artista está tocando. Em 20 anos de carreira como DJ, com quase 2 mil sets, acho que só preenchi umas 20 relações de músicas para o Ecad. É por essas listas que eles fazem os pagamentos.

ANÚNCIO

Hip Hop no Rio

Através das rodas culturais, o movimento sintoniza pessoas de diferentes idades, culturas e estilos de vida pela cidade

Gabriel De Martin e Wellerson Soares

UM PROJETO EM *tramitação na Assembleia Legislativa busca o reconhecimento da manifestação artística popular como patrimônio cultural imaterial do Estado*

Um pequeno galpão localizado na Rua da Lapa, 107, na zona central do Rio de Janeiro, reunia por volta das 20h do dia 25 de maio cerca de 40 representantes de diferentes rodas culturais e vertentes do hip hop espalhadas pelo Estado. Eles discutiam o projeto de lei nº 2799/2017, proposto pelo deputado estadual Marcelo Freixo no último dia 10 de maio com o objetivo de declarar o hip hop patrimônio cultural imaterial do Estado do Rio de Janeiro. Em frente ao galpão, na mesma rua estreita e pouco iluminada, acontecia o confronto entre manifestantes contra o governo Temer e a Polícia Militar. Os sons de explosões e tiros causavam espanto, mas não impediam o mediador da reunião, Diego Moreira, de 27 anos – ou DJ Tecnykko, como gosta de ser chamado – de enfatizar a importância de organização de mobilizações para a aprovação do projeto, que ainda está em tramitação na Assembleia Legislativa fluminense.

A proposta, além de atender a outras reivindicações, prevê que o hip hop e todas as suas manifestações artísticas (breaking, grafite, rap, MC e DJ) devem ser asseguradas e fomentadas pelo poder público sem qualquer discriminação. Em sua justificativa para apresentar o projeto, o deputado do PSOL defende as rodas culturais –

durante as quais acontecem batalhas de rima, de breaking e de grafite e encontros de DJs e beatmakers – como um dos meios de divulgação do hip hop, considerando-as como “um dos principais fenômenos culturais de ocupação do espaço público nos dias de hoje”. Se for transformada em lei, a iniciativa garante que as rodas culturais sejam dispensadas de prévia autorização das polícias militar e civil e do Corpo de Bombeiros para serem realizadas, desde que não haja montagem de palcos, arquibancadas e camarotes.

As rodas culturais são o tema do projeto de pesquisa “Arte de rua e resistência”, coordenado pela professora Rôssi Alves, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Cultura e Territorialidades, da Universidade

Federal Fluminense (UFF). As informações levantadas pela docente e pelos alunos do curso de Produção Cultural da UFF no *campus* Rio das Ostras (cidade da Região dos Lagos) foram organizadas no “mapa das rodas”, ferramenta com qual é possível saber onde estão as rodas culturais (ativas e inativas) do Estado do Rio. A reflexão sobre a ocupação artística no espaço urbano e sobre as relações entre os produtores e agentes culturais com o poder público, através de políticas públicas, repressão, silenciamento e resistência, é o objetivo principal do projeto, segundo informações do site www.artederuaeresistencia.com.br.

Expressão das ruas do bairro do Bronx, em Nova York, no início dos anos 1970, o hip hop é uma cultura



MCs reunidos na Lapa discutem o Projeto de Lei que busca o reconhecimento da cultura do hip hop

Foto: Wellerson Soares

Os Arcos da Lapa é o principal local de encontro de artistas do hip hop, vindos de diversos pontos do Rio

subdividida em quatro manifestações: os DJ, os MCs, os b-boys (e as b-girls) e os grafiteiros – sendo o rap (acrônimo de rhythm and poetry) mais conhecido pelas duas primeiras. No último dia 11 de agosto aconteceu o 44º aniversário do hip hop, nascido da inovação do DJ jamaicano Kool Herc, nome artístico de Clive Campbell. Numa festa em 1973, ao invés de tocar as músicas completas de sua *playlist*, ele executou apenas as seções instrumentais delas – ou os *breaks* –, permitindo que as pessoas dançassem por mais tempo. “Quando eu aumentei o *break*, as pessoas ficaram extasiadas, porque essa era a melhor parte da música para dançar”, disse Herc em 1997. O nome do movimento é a expressão das festas desse período, nas quais os participantes movimentavam os quadris (hip) e saltavam (hop). Foi a partir daí que nasceu o estilo breakdance.

Usando vinis que estavam sendo descartados, os DJs começaram a pro-

“As rodas culturais são uma teia de artistas e trabalhadores independentes, como poetas, fotógrafos, MCs, músicos, grafiteiros, artistas plásticos, artistas circenses, atores, profissionais do audiovisual, esportistas urbanos etc. Essa rede unifica, intensifica e expande a sustentabilidade da cultura de rua dos bairros cariocas, unindo pessoas de diferentes classes, em um grande intercâmbio cultural, onde todos estão convidados a interagir com qualquer tipo de arte que fortaleça essa grande conexão entre a rua e seus artistas urbanos independentes no palco mais vivo, verdadeiro e democrático existente, a rua”

Trecho da descrição das rodas culturais na página oficial do CCRP no Facebook

duzir novos sons a partir do *stracting* (o arranhar da agulha no disco de vinil no sentido anti-horário), do *phasing* (a alteração da rotação do disco) e do

needle rocking (a produção de eco entre duas picapes onde são colocados os vinis). Apesar de ser considerado o pai do hip hop, Kool Herc não teve sucesso comercial porque seu trabalho nunca foi gravado. Ele, Afrika Bambaataa e Grandmaster Flash são considerados a santíssima trindade do hip hop. Bambaataa, também chamado de Amen Ra (deus egípcio) da cultura hip hop, começou a realizar eventos culturais como forma de retirar adolescentes da rua e acabar com a violência das gangues, e criou a Universal Zulu Nation, um grupo que reunia dançarinos, grafiteiros e DJs. O hip hop, segundo o rapper americano, foi uma reação à massiva execução da disco music em meados da década de 1970, que levou o funk e a soul music de James Brown, Sly & The Family Stone e Parliament



Foi com suas festas no Bronx que Kool Herc inovou e deu início ao que hoje é chamado de hip hop



Foto: Gabriel de Martin

Os contornos do grafite feito por Ramon Vellasco aos poucos ganham forma, durante reunião na Lapa

a perderem espaço nas rádios. O ritmo chegou ao Brasil nos anos 1980, primeiramente por São Paulo e Rio de Janeiro, mas só ganhou identidade e organização, ainda que bem mínimas, no final da década seguinte. No Rio, as raízes do movimento podem ser pesquisadas nos encontros que aconteciam na rua 24 de maio, no bairro do Riachuelo, na zona Norte.

O DJ Tecnykko diz que “é preciso dar uma nomenclatura à demanda do movimento e à necessidade de união para lutar contra a repressão sofrida, como no caso do mano do Saara”. O acontecimento mencionado por Tecnykko é de janeiro de 2016, quando três jovens grafiteiros confundidos com vândalos – todos de Duque de Caxias, cidade da Baixada Fluminense, à época com idades entre 21 e 24 anos – foram agredidos por seguranças da região do comércio popular da Saara, no Centro do Rio, enquanto pintavam paredes. Entretanto, grafitar locais previamente autorizados, como postes, colunas, muros cinza (desde que não sejam considerados patrimônio artístico), paredes cegas, pistas de skate e tapumes de obras, além do muro da Linha 2 do metrô, é permitido pela Prefeitura desde 2014, quando o então prefeito Eduardo Paes assinou o decreto GrafiteRio. A mesma lei instituiu o Dia do Grafite em 27 de março. A violência contra os três rapazes foi, inclusive, motivo de manifestação do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção Rio, Marcelo Chalhéo. “São meninos pobres, humildes, de famílias

simples, que desenvolvem a arte do grafite no Rio que é permitida por legislação municipal”, declarou ele, em entrevista ao portal G1.

“O movimento nunca se juntou para lutar pelos seus direitos. A ideia é fazer com que o governo, os deputados saibam que existimos. A cultura do hip hop não é legitimada como patrimônio cultural, é apenas customizado.” Essa é uma das primeiras reivindicações da proposta, já protocolada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em 10 de maio de 2017. Diego Moreira já está na “cena” – como costuma se referir ao movimento – desde os 15 anos e lembra que, quando começou a frequentá-la, o hip hop tinha um perfil bem diferente do atual. “O hip hop no início dos anos 90 não tinha caráter político ou levantava qualquer bandeira. A função das batalhas (como chamam o evento) era pacificar conflitos entre gangues e tribos rivais.” Ele ainda ressalta que, no Brasil, o estilo musical, diferente dos Estados Unidos, é de cunho educacional e cultural, e atualmente reúne adeptos de todas as classes e esferas políticas.

Mas há quem divirja do DJ, como o pesquisador e professor da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Micael Herschmann. Sentado numa cadeira em frente ao computador, com uma camisa social azul-marinho e o queixo apoiado na mão esquerda, ele nos recebe com um sorriso no rosto, mostrando-se bem educado e solícito durante o tempo todo. E assim, então, ele começa a falar sobre suas experiên-

cias e estudos na área da cultura do hip hop, que deram no livro “O funk e o hip hop invadem a cena”, lançado em 2000. Por isso, diz, vai contra o pensamento que afirma que o movimento começou com um caráter apolítico. “Eu acho que a música desempenha um papel político, eu estou discordando deles diretamente. Mesmo o funk, que era considerado um entretenimento inconsequente, ele era político.” Herschmann defende também que o hip hop deu voz aos moradores de favelas e periferias, além de ter sido importante para a revitalização do movimento negro. Ele acredita que durante os anos 1990 o ritmo serviu para que essas pessoas marginalizadas social e culturalmente pudessem ter expressão. Mesmo acreditando que hoje em dia o movimento tem mais legitimidade, o pesquisador teme que possa haver um retrocesso na garantia dos direitos sociais – por causa da política conservadora dos governos vigentes.

• Batalha de rimas

Em meados dos anos 1990, quando surgiram as batalhas, um grupo de jovens se reunia e formava rodas nas ruas, em praças ou espaços públicos, para um duelo de “estilo livre”, que consiste basicamente em um MC “atacando” o outro com rimas. Ao final, é o público quem decide sobre o vencedor. Foi em 2003, com a Batalha do Real (BDR), na Rua Riachuelo, na Lapa, região central do Rio, que as rodas começaram a criar uma certa regularidade e organização, chamando cada vez mais atenção para si. Alguns dos MCs da região decidiram transformar a brincadeira em evento, com palco, microfones e caixas de som, ainda que fossem equipamentos amadores. Além do mais, a frequência de encontros era semanal e era dado um “prêmio” ao vencedor com o dinheiro arrecadado a partir da cobrança de entrada, de R\$ 1,00 a R\$ 2,00. Desde o começo a BDR se deslocou algumas vezes para diferentes espaços da Lapa, e até se transformou em outro evento, a Liga dos MCs. Só voltou a ser o que era em 2016, apesar de, em 2003, já ser considerada um espetáculo, a vanguarda do que hoje são as rodas culturais.

Era no Centro Interativo de Circo (CIC), na Fundação Progresso, que os b-boys, grafiteiros e DJs, além dos MCs, se reuniam e organizavam

debates, exposições, oficinas, dentre outras atividades que estimulavam a produção cultural e unificavam o hip hop. A cada dia da semana alguns desses projetos aconteciam. Em um deles havia a Batalha do Conhecimento, que, diferentemente da BDR, tinha como proposta fazer com que os MCs rimassem a partir de um tema previamente estabelecido, sem que descambassem para ofensas pessoais. O administrador do CIC, Gerard Miranda, considerava o local como a “casa do hip hop carioca”, pois dava espaço para todas as expressões do movimento. Em 2009 houve um incêndio no CIC e, mais uma vez, os artistas se sentiram órfãos, pois não tinham mais um local de encontro. Eles então voltaram para a rua e organizaram rodas culturais. Alguns MCs de outras batalhas e artistas de outros encontros começaram a participar e perceberam que poderiam transformar aquilo em um circuito, não só pela Lapa, mas em outros bairros da capital, surgindo, assim, através de uma união entre as rodas, o Circuito Carioca de Ritmo e Poesia.

O CCRP começou como uma colaboração em conjunto entre os encontros da Lapa, Botafogo (zona Sul da cidade), São Cristóvão/Manguinhos, Bangu (zona Norte) e Freguesia (zona Oeste). Dropê Comando Selva, poeta, produtor cultural e coordenador do circuito, é quem organiza o projeto.

Além disso, atualmente, outros encontros, que acontecem semanalmente no Méier, Vila Isabel, Olaria (zona Norte) e Recreio (zona Oeste), também fazem parte do núcleo da organização. Os demais eventos – segundo o site “Artes de Rua & Resistência”, são mais de 80 espalhados pelo município – também são abraçados pelo CCRP, fazem parte da agenda, mas não respondem por ele.

O hip hop se mostra eficiente quando se trata de unir pessoas, principalmente as que não se sentem confortáveis com a grande mídia ou, mais amplamente, com o sistema – considerado como o conjunto das ideias, regras, leis e das instituições sociais, econômicas, morais, políticas e culturais de uma sociedade, às quais as pessoas se subordinam. E não são só os jovens da periferia que frequentam o espaço. Uma visita a uma roda cultural mostra que o movimento atrai pessoas de idades, culturas, experiências e estilos de vida diversos. Mas quando o objetivo é assistir ou participar do evento, todos parecem estar sintonizados. O “ritual” é quase sempre o mesmo: antes das atrações começarem, o DJ aquece o público, ainda muito tímido, com uma *setlist* de rap nacional e internacional. As pessoas vão ouvindo o som e se aproximam, outras são atraídas pela curiosidade, algumas que já conhecem o evento esperam uma maior movimentação para aparecer. Mas a maioria chega em gru-

pos, alguns uniformizados da escola ou vindos do trabalho, outros apostam em roupas com menos extravagância, mais “normais”, e há também os bem arrumados, no estilo hip hop nova-iorquino: camisas largas, bermudas caídas, bonês, relógios e cordões.

O hip hop atual, defende Herschmann, vem atraindo bastante a atenção das pessoas, não só as marginalizadas, pela necessidade que elas têm de transgredir, de se opor. “Eu acho que, pela maneira como é construído o rap, ele tem uma estrutura que permite a você fazer um discurso verborrágico muito poderoso, tudo isso cativa os jovens”, avalia. Ele afirma que, por tais características, o ritmo atrai outros movimentos sociais, para além dos da periferia, que se identificam com a rebeldia e a afronta ao sistema. Sem excluir os que estão há mais tempo no cenário, o professor da ECO também fala sobre “um núcleo mais tradicional” que vive o hip hop para combater os ataques da hegemonia e defender as minorias do preconceito.

• Um casamento cultural

Na roda cultural, enquanto a música toca, o grupo de b-boys se apresenta, nada muito formal, cria-se uma pequena roda em volta deles e o público aprecia a arte. A dança flui naturalmente com o ritmo; uma coisa parece ser feita para a outra, como em um casamento de culturas. O DJ impro-

Foto: Wellerson Soares



Duelo de MCs, cercados durante “Batalha de Sangue”, no Méier

visa nos beats e mixes e os b-boys nas acrobacias e expressões corporais. Os organizadores dão o ponto de partida para as “batalhas” chamando atenção do público para o centro do evento. Os MCs inscritos (geralmente há uma lista de inscrição no próprio dia para quem quiser participar) se preparam para o show, os grupinhos que, até então, estavam separados na chamada panelinha – um grupo fechado de pessoas com maior proximidade umas das outras – se transformam numa grande plateia. Eles esperam o sinal que indica o começo da batalha e já se preparam para gritar juntos, comemorar e, por ser uma decisão de voto popular, elegerem o campeão da semana da batalha de MCs.

Outra vertente do hip hop também está presente no ambiente, mas geralmente no plano de fundo. O grafite se mostra espalhado por toda parte, independentemente de onde seja a roda. Se há espaço para pintar, os grafiteiros vão atuar. Nas rodas que acontecem sempre em um mesmo espaço, a arte deles já está estampada. São poucos, atualmente, os muros que não tenham alguma intervenção dos artistas, mas, caso seja um evento de intercâmbio cultural, será fácil ouvir os sons de latas de jet balançando e do spray saindo delas para chegarem ao encontro das “telas” em branco e transformarem-nas em uma obra-prima urbana.

Usando muletas por ter se acidentado pintando em uma incursão pelo Morro da Providência, Ramon Vellasco, 22 anos, com o casaco azul e a bermuda larga sujas de tinta, relembra os setes anos de sua trajetória como grafiteiro. A pausa na pintura para responder às perguntas permite que os presentes na reunião vejam os primeiros traços do que em poucos minutos se tornaria o rosto de um homem. “Eu faço grafite há quase 7 anos. Comecei em 2010, mas na verdade eu me vejo dentro dele desde os 6, 7 anos de idade. No movimento hip-hop eu posso dizer que participo desde 2010 mesmo, quando eu comecei a ouvir mais a história e as experiências de quem me introduziu ao grafite.”

Tentando se equilibrar sobre o pé direito enquanto fala, o rapaz também diz como se tornou um adepto do movimento cultural. “Eu sempre tive essa curiosidade pelas intervenções. Quando acompanhava meu pai ao tra-

“O hip hop deu voz aos moradores de favelas e periferias, além de ter sido importante para a revitalização do movimento negro”

Micael Herschmann

balho, nós íamos de metrô ou ônibus e todo esse percurso era um mundo estranho, porque uma hora a pintura estava lá e na outra, não”, ele relembra. Morador da zona norte do Rio desde a infância, Ramon conta que só se profissionalizou no grafite em sua passagem pelo sul do país, quando foi morar lá. “No Rio Grande do Sul eu fui me descobrindo e vendo que podia fazer grafite e aprender muito com isso. E o momento foi muito importante pra eu colocar pra fora as coisas que eu estava sentindo.”

Em outro lugar da cidade, mais uma roda cultural tem início. Às noites de quarta-feira no Meier, bairro da zona Norte, na praça que leva o nome do evento cultural, os personagens principais da noite de batalhas chegam por volta das 20h30, apesar do evento ter como horário inicial oficial as 19h. Comandados pelo ritmo do DJ Felipe Broa, os 32 MCs duelam na modalidade “Batalha de Duplas”, criada pelo Mestre de Cerimônia Dom Negrone. Com a pompa de verdadeiros pugilistas, os jovens vão chegando, cumprimentando uns aos outros e aquecendo para mais uma noite de entretenimento. O espaço, que antes era dominado por moradores de rua, hoje é o prin-

cipal palco da cena hip hop na região, conta Felipe Broa.

• De Magno a Magnata

Magno Alexandre, de 21 anos, às voltas com o estúdio em Nilópolis, na Baixada Fluminense, grava mais um som que, segundo ele, “promete”. Apesar de garantir que está em uma fase mais madura, Magnata MC, como prefere ser chamado, diz que a inquietação, enquanto estava sentado no sofá do estúdio para dar entrevista, revela a preocupação em coordenar as respostas às perguntas com o pensamento dividido no projeto final do curso de Letras na Universidade Estácio de Sá em Nova Iguaçu, cidade vizinha a sua, e a produção de um novo hit, denominado “Dissabafo”.

Com o visual habitual de todo Mestre de Cerimônias – camisa do jogador LeBron James, do Cleveland Cavaliers, time da principal liga americana de basquete, boné oficial da NBA e um longo calção da seleção espanhola de futebol –, o jovem contou que atua há nove anos dentro do movimento hip hop como MC. Desde garoto já acompanhava a cena cultural, e, a partir dos 12 anos, começou a compor as próprias letras, para expressar suas ideias. Ele fala que, passados os anos, conquistou amadurecimento com o hip hop, a que chama de “válvula de escape”; e também sobre como a expressão musical lhe possibilitou compreender a sociedade e a ser mais empático. A história de Magnata se confunde com a de diversos personagens do movimento. O que difere é o acesso ao ensino superior, possibilitando maior fonte de conhecimento na hora da “batalha”. Fã de política, usa a credibilidade adquirida com a fama para expressar



Magnata (3º da esq. para a dir.) ao lado dos integrantes do Bonde da Stronda, antes de abrir o show do grupo em Magé

Foto: Reprodução/Facebook

DJ Tamy: 'o hip hop não é só uma modinha'

Wellerson Soares

Entre uma pickup e outra, Tamyres Reis entretem o público jovem da roda do viaduto Negrão de Lima, em Madureira, na zona Norte. Aos 28 anos, ela relembra com semblante sereno e de gestos contidos, adquiridos com longos anos na cena hip hop, os primeiros passos no movimento e afirma ser fiel ao antigo pensamento do movimento cultural. “O hip hop é uma filosofia. Não é só uma cultura ou modinha, ele direciona as pessoas; aquela filosofia de Afrika Bambaataa de ‘Não às drogas, vamos ser sociais, vamos respeitar e amar todo mundo’. A galera jovem de hoje em dia gosta, mas não sabe o que é. Nesse ponto eu sou *old*, sou bem antiquada e acredito nisso”, disse. O casaco do time americano de basquete Los Angeles Lakers, a saia preta e a meia calça meio rasgada são partes da indumentária que Tamy diz gostar de vestir.

Desde adolescente já militava e se envolvia com cultura. Somente aos 18 anos criou coragem, deixou o cabelo black power crescer e começou a carreira como DJ. Atualmente faz sucesso no segmento, sendo uma das mais requisitadas para trabalhar em grandes eventos, como casamentos e festivais de música. “Hoje é muito difícil eu ir a rodas, estou sempre trabalhando. Vou uma vez

“A cultura do hip hop não é machista, mas infelizmente quem produz é”



Foto: Reprodução/Facebook

Desde 2007, Tamy Reis se apresenta em bares e rodas culturais

por mês. Agora toco mais em boates e faço eventos corporativos também”, completou. Para a DJ, o movimento hip hop não mudou, continua o mesmo. A diferença, segundo ela, é a vertente mais conhecida dentro do gênero, o rap. Em sua opinião, este agora é mainstream – termo inglês que expressa uma tendência ou moda dominante –, tornou-se a mais popular dentre as manifestações do movimento, tocando em rádios e com novas melodias.


Convicta defensora da cena, Tamy fala sobre os desafios de ser uma mulher atuante dentro de uma cultura predominantemente masculina. Mas ela afirma que o cenário tem mudado e a diversidade é uma conquista da qual tem orgulho. “A cultura do hip hop não é machista, mas infelizmente quem produz é. Nós, mulheres, estamos nos organizando e reivindicando nosso espaço, fazendo barulho e participando. A representatividade hoje de ‘minas’, principalmente no break, é muito grande”, analisa. Tamy acredita que, no futuro, o movimento será mais feminino, quase uma religião.

pontos de vista a respeito da situação atual do país. Apesar de muito jovem, já fala com a propriedade de um veterano sobre as transformações que pôde presenciar no hip hop. “Na época que comecei, nem havia esse circuito de rodas que ocorrem hoje. Só havia uma batalha no Rio, que era nos Arcos da Lapa, toda quinta-feira. Lá, se encontravam MCs de diversos pontos do estado. Hoje há rodas por toda a cidade. Fora o crescimento exponencial do público, diferente da época em que comecei, aonde haviam mais MCs do que ouvintes nos eventos.”

Entre uma resposta e outra, faz uma pausa para conferir o processo de produção da música. Mas não esquece de exaltar a união dos movimentos e a humildade dos integrantes, e de fazer críticas às casas de shows e boates que dão

preferência a outros ritmos e não contribuem para a difusão do trabalho dos artistas. “Todo mundo que chega nas rodas com respeito é bem recebido pelos MCs da região e pelo público. Nossa representatividade é bastante significativa, é ela que faz a cultura de rua sobreviver.” E mesmo não tendo tanto espaço na mídia tradicional ou nas casas de shows populares, ressalta que a união dos artistas dá oportunidade aos MCs para se apresentarem, evoluírem, “solidificando o rap nas cidades”.

Micael Herschmann, aliás, também trata das mudanças no mercado fonográfico nos últimos anos. Autor de artigos e outros livros que têm a cultura como tema, ele fala sobre como os artistas são remunerados por seus trabalhos não apenas a partir da cena do hip hop mas da música em

geral. Se antigamente os grupos tinham seus ganhos baseados na venda de fonogramas, atualmente eles têm origem nos shows e nas apresentações e nos serviços de streaming que estão se estruturando agora no mercado. O professor explica que, antes, as gravadoras conseguiam produzir CDs que atingiam vendas expressivas e deu como exemplo o quinto disco de estúdio do grupo Racionais MC's, “Sobrevivendo no inferno”, que, mesmo tendo sido lançado por uma gravadora independente, vendeu cerca de 1,5 milhão de cópias. “Hoje o músico de hip hop, mais do que nunca, depende das suas redes [sociais] e dos fãs. Assim, o grande trabalho que tem que ser feito hoje pelo artista é o de manter o seu prestígio junto aos fãs”, explica. 

Versão online: www.parlamidia.com/hiphop

Escola de Comunicação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

50
anos